

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PPGEP)  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PALOMA FREITAS DA SILVA DE LIMA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS  
DOCENTES EM FORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DOS LICENCIANDOS DO  
IFRN/ CAMPUS NATAL-CENTRAL**

NATAL – RN

2019

Lima, Paloma Freitas da Silva de.

L732e O estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação: um estudo de caso dos licenciados do IFRN Campus Natal-Central / Paloma Freitas da Silva de Lima. – Natal, 2019.

111 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

Orientador: Dr. José Mateus do Nascimento.

1. Educação profissional. 2. Formação docente. 3. Identidade profissional docente - IFRN. 4. Estágio curricular supervisionado. I. Nascimento, José Mateus do. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

CDU 377

PALOMA FREITAS DA SILVA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS  
DOCENTES EM FORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DOS LICENCIANDOS DO  
IFRN/ CAMPUS NATAL-CENTRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEF, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. José Mateus do Nascimento.

NATAL – RN

2019

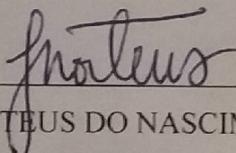
PALOMA FREITAS DA SILVA DE LIMA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS  
DOCENTES EM FORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DOS LICENCIANDOS DO  
IFRN/CAMPUS NATAL CENTRAL**

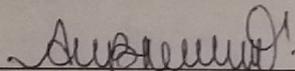
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Examinadora: Dissertação apresentada e aprovada em 28/06/2019, pela seguinte Banca

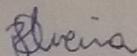
BANCA EXAMINADORA



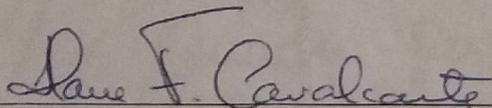
Prof. D.r JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO – Orientador  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Profa. D.ra ANDREZZA MARIA BATISTA DO NASCIMENTO TAVARES - Membro Titular Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Profa. D.ra VIVIANNE SOUZA DE OLIVEIRA NASCIMENTO - Membro Titular Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Profa. D.ra ILANE FERREIRA CAVALCANTE - Membro Suplente Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Profa. D.ra NADJA MARIA DE LIMA COSTA - Membro Suplente Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho à minha família que esteve e continua sempre presente em todos os momentos da minha vida, me apoiando e incentivando. Esta é apenas mais uma de muitas vitórias que iremos conquistar juntos. Dedico em especial ao meu pequeno príncipe Davi que foi uma alavanca para a conclusão desse trabalho. Amo muito vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço infinitamente ao meu Deus, sem Ele eu não teria chegado até aqui, acredito que é Ele quem nos capacita.

A minha mãe que sempre me incentivou e me apoiou, se sentindo sempre orgulhosa das minhas ações e conquistas por mais singelas que fossem.

Ao meu esposo que esteve ao meu lado em todos os momentos nessa difícil jornada, me apoiando e me dando força nos momentos difíceis, sem a sua ajuda não seria possível nem se quer o meu ingresso no mestrado e muito menos a travessia desse complexo trajeto até chegar à conquista de conclusão do curso.

A minhas irmãs, família e amigos pelo apoio, amor e incentivo dado a mim.

Ao meu professor orientador, José Mateus do Nascimento, por toda a sua ajuda e orientação, sem estas não seria possível a realização deste trabalho de pesquisa. Agradeço pela imensa paciência e disposição nas orientações dadas para a realização dessa dissertação.

A todos que contribuíram para essa fase da minha vida, não me canso de agradecer. Sabendo que esse ainda não é o fim, mas sim um caminho a ser seguido adiante.

Aqueles que semeiam com lágrimas,  
com cantos de alegria colherão. Aquele que sai chorando  
enquanto lança a semente,  
voltará com cantos de alegria,  
trazendo os seus feixes.

Salmos 126: 5,6

## RESUMO

Nesta pesquisa temos como temática o Estágio Supervisionado na construção da Identidade Profissional Docente de licenciandos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Natal-Central (IFRN/Cnat). Desse modo, objetivamos analisar como o Estágio Supervisionado, das licenciaturas do IFRN/Cnat, contribui para a construção da Identidade Profissional Docente. Nesse sentido, Silva, citado por Ventura (2017), atesta que no processo de torna-se professor, sendo este um profissional como de qualquer outra profissão, envolve um composto de referências e experiências, estas contribuem para a construção da identidade profissional. Dentre as referências citadas estão: o modo como experimenta no dia a dia o trabalho docente na sala de aula, as interações dentro do espaço escolar, assim como sua trajetória profissional e suas aprendizagens adquiridas no processo formativo acadêmico. Desse modo, são muitos fatores que contribuem para essa construção, sendo o estágio um deles. Esta investigação apresenta-se pesquisa qualitativa, quanto aos seus objetivos é descritiva, com caráter de estudo exploratória. Ainda, é uma pesquisa de cunho documental e bibliográfica. Em relação ao levantamento de dados é primária, nessa perspectiva para a coleta de dados, realizamos uma pesquisa de campo, a partir de questionário com questões objetivas e subjetivas aplicados aos licenciandos e professores/coordenadores de Estágio Supervisionado do IFRN/Cnat dos cursos de Espanhol, Física e Matemática. E para a análise desses dados utilizamos parcialmente o método de análise de conteúdo, conforme orientações metodológicas de Bardin (2011). Utilizamos como referencial de análise a triangulação metodológica, sendo realizada uma triangulação teórico-documental-empírica. Pudemos observar diante da análise realizada que grande parte dos colaboradores apresenta o Estágio Supervisionado como experiências e prática profissional, concebendo-o como um componente curricular fundamental para a formação docente. Em unanimidade concordam que ele contribui para a integração entre teoria e prática, sendo que para alguns, essa contribuição se dá em totalidade e para outros em partes. A maioria dos colaboradores reconhece a Identidade Profissional Docente como características, estas advindas das experiências que se

tem ao longo da sua formação e carreira profissional. Ainda, todos percebem que o estágio contribui para essa identidade, e apontam a interação com os alunos e a vivência e experimento do exercício docente no ambiente profissional do professor, como colaboração substancial para a construção dessa identidade. Para a maioria deveria ter um aumento de carga horária para as etapas de regência do estágio. Por fim, concluímos que o Estágio Supervisionado é considerado como importante na formação do licenciando e que ele traz contribuições para a construção da identidade profissional.

Palavras-chave: Formação docente. Identidade Profissional Docente. IFRN. Estágio Curricular Supervisionado.

## RESUMEN

En esta investigación tenemos como tema la Pasantía Supervisada en la construcción de la Identidad Profesional Docente de graduados del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte Campus Natal-Central (IFRN / Cnat). Por lo tanto, nuestro objetivo es analizar cómo la Pasantía Supervisada, de las licenciaturas del IFRN/Cnat, contribuye a la construcción de la Identidad Profesional Docente. En este sentido, Silva, citado por Ventura (2017), afirma que en el proceso de convertirse en maestro, siendo el maestro un profesional como cualquier otra profesión, implica un conjunto de referencias y experiencias, estas contribuyen a la construcción de la identidad profesional. Entre las referencias citadas se encuentran: la forma en que experimenta el trabajo de enseñanza cotidiana en el aula, las interacciones dentro del espacio escolar, así como su carrera profesional y el aprendizaje adquirido en el proceso de capacitación académica. Por lo tanto, muchos factores contribuyen a esta construcción, siendo la pasantía una de ellos. Esta investigación presenta investigación cualitativa, en sus objetivos es descriptiva, con carácter de estudio exploratorio. Además, es una investigación documental y bibliográfica. Con respecto a la recopilación de datos es primaria, en esta perspectiva para el levantamiento de datos, realizamos una investigación de campo, basada en un cuestionario con preguntas objetivas y subjetivas aplicadas a estudiantes de pregrado y maestros/coordinadores de Pasantías Supervisadas del IFRN/Cnat de cursos de español, Física y Matemáticas. Y para el análisis de estos datos utilizamos parcialmente el método de análisis de contenido, de acuerdo con las orientaciones metodológicas de Bardin (2011). Utilizamos como referencia de análisis la triangulación metodológica, realizándose una triangulación teórico-documental-empírica. Por el análisis realizado, pudimos observar que la mayoría de los colaboradores presentan la Pasantía Supervisada como experiencias y práctica profesional, concibiéndola como un componente curricular fundamental para la formación docente. Acuerdan por unanimidad que ella contribuye a la integración de la teoría y la práctica, y para algunos esta contribución se realiza en su totalidad y para otros en partes. La mayoría de los colaboradores reconocen la Identidad Profesional Docente como

características, que provienen de las experiencias que tienen a lo largo de su formación y carrera profesional. Todavía, todos se dan cuenta de que la pasantía contribuye a esta identidad y señalan la interacción con los estudiantes y la experiencia y la experimentación de la actuación docente en el entorno profesional del profesor, como una contribución sustancial a la construcción de esta identidad. Para la mayoría de ellos, debería haber un aumento de la carga horaria para las etapas de ejercicio docente. Finalmente, concluimos que la Pasantía Supervisada es considerada importante en la formación del alumno de la licenciatura y que ella contribuye a la construcción de la identidad profesional.

Palabras-clave: Formación Docente. Identidad Profesional Docente. IFRN. Pasantía Curricular Supervisada.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Perfil dos Professores Participantes.....	22
Quadro 2 - Perfil dos Alunos Participantes.....	22
Quadro 3 - Síntese das concepções sobre Estágio Supervisionado.....	50
Quadro 4 - Síntese das concepções sobre Identidade Profissional Docente.....	55
Quadro 5 - Síntese das contribuições do Estágio Supervisionado para a construção da Identidade profissional do licenciando.....	59
Quadro 6 - Concepções sobre Estágio Supervisionado como componente curricular fundamental na formação docente.....	64
Quadro 7 - Concepções quanto à contribuição do Estágio Supervisionado na integração entre os eixos teoria e prática .....	66
Quadro 8 - Relatos das práticas e experiências que contribuíram para a construção da Identidade Profissional do licenciando.....	69
Quadro 9 - Síntese das sugestões de mudanças para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN.....	73

## **LISTA DE SIGLAS**

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
IES	Instituição de Ensino Superior
IFRN/Cnat	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/ Campus Natal-Central
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO: AS FORMALIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO BRASIL E NO IFRN/CNAT</b>	<b>27</b>
2.1	FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOCENTE COMO PRÁTICA PROFISSIONAL	27
2.2	OS DOCUMENTOS LEGAIS E O LUGAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO IFRN/CNAT	34
<b>3</b>	<b>O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE: CONCEPÇÕES DOS LICENCIANDOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DO IFRN/CNAT</b>	<b>52</b>
3.1	CONCEPÇÕES DOS ALUNOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DOCENTE NAS LICENCIATURAS IFRN/CNAT	53
3.2	PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO DO IFRN/CNAT	73
3.3	VISÕES E SUGESTÕES DOS ALUNOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DOCENTE NAS LICENCIATURAS IFRN/CNAT	77
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES/COORDENADORES</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE C – QUADOS ANALÍTICOS</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a temática de formação de professores vem sendo discutida em diversos estudos (HENRIQUE; CAVALCANTE, 2015; MOURA, 2013; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2016; TARDIF, 2002, 2014), bem como debatida em diversas mesas redondas, como no simpósio “Educação Superior em Debate”<sup>1</sup> em 2006, organizada pelo professor Dilvo Ristoff, no qual se reuniram vários estudiosos e pesquisadores que dedicaram vários anos de estudos a respeito da temática educação profissional. Esse tema envolve reflexões sobre a formação e atuação de professores e também como se dá o processo da construção da própria Identidade Profissional Docente.

A formação docente é educação profissional visto que ser professor não se trata de vocação, dom ou missão, em que não se deve ter interesses materiais, como uma remuneração digna, melhores condições de trabalho, nem muito menos a necessidade de uma formação profissional, dentre outros. A docência conforme defende Oliveira et al (2011) é uma profissão, e essa ideia de dom, vocação ou missão deve ser superada.

Segundo Nóvoa, a formação docente:

[...] deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1992a,p. 13).

Para esse autor a formação de professores é um processo de profissionalização. Nesse sentido, defendemos que assim como outras categorias de trabalho, a profissão de professor deve ser reconhecida como tal e deve se ter uma preparação profissional para o exercício dela, ou seja, para ser professor é necessário que o indivíduo tenha uma educação profissional por meio da graduação como formação inicial e também uma formação continuada através de cursos de aperfeiçoamento.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <[http://www.oei.es/pdfs/formacion\\_profesores\\_educacion\\_profesional\\_inep.pdf](http://www.oei.es/pdfs/formacion_profesores_educacion_profesional_inep.pdf)>  
Acesso em: 20 dez. 2017.

A formação docente é um processo que nunca se acaba, em que o professor não é um produto produzido em uma fábrica, que já sai pronto e finalizado para uso, sobre isso, Henrique e Cavalcante (2015, p. 2) dizem que “[...] no cotidiano escolar, o professor aprende, desaprende, reestrutura o aprendido, faz descobertas e, portanto, é nesse *lócus* que muitas vezes vai aprimorando a sua formação”, ou seja, o processo de formação docente é contínuo, sempre existem coisas novas a aprender, mudanças a serem feitas, pelo fato de sermos seres humanos pensantes e críticos. Nessa linha de pensamento, é válido salientar que se faz necessário a criação de programas que possibilitem aos professores uma formação continuada, que proporcione aos docentes “[...] um processo de reflexividade crítica sobre conhecimentos e práticas, de (re)construção permanente de uma identidade pessoal e profissional” (HENRIQUE; CAVALCANTE, 2015, p. 8).

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância da formação docente. Bianchi *et al* (2013, p. 5) compreendem a formação do professor como algo muito especial. “Da aplicação competente de seu conhecimento profissional vai depender o futuro de todos os que hoje, no papel de aprendizes, participarão do processo educativo”.

O processo de formação docente se inicia quando o licenciando ingressa na Instituição de Ensino Superior (IES), na qual ele aprende o conteúdo teórico da área em que ele irá atuar, nessa formação inicial o licenciando está aprendendo para depois ensinar aos seus alunos quando docente, vale ressaltar que o “ensinar” docente é diferente de um “ensino qualquer”, ou seja, qualquer pessoa pode ensinar algo a alguém, isso não implica dizer que esta pessoa é um professor, ser professor é diferente, já que para ter uma formação profissional docente é necessário passar por alguns processos, e um deles é o Estágio Supervisionado.

O motivo de o Estágio Supervisionado ser tão importante para a formação do futuro professor não se dá apenas pelo fato de que é um dos requisitos obrigatórios na carga horária do currículo acadêmico, ou por ser uma prova em que os alunos irão testar se eles adquiriram o conhecimento teórico que lhes foi ensinado na universidade, trata-se de algo maior, pelo fato de que é a partir do estágio que o futuro docente terá um contato real com o mundo da docência. E a respeito disso, de acordo com Tardif (2002), o Estágio Supervisionado constitui uma das etapas mais importantes na vida do licenciando.

Neste sentido, vemos a importância de fazer uma reflexão sobre as contribuições do Estágio Supervisionado na formação do futuro docente, investigando quais as suas contribuições no processo formativo da Identidade Profissional Docente dos licenciandos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/ *Campus* Natal-Central (IFRN/Cnat).

O interesse em pesquisar essa temática se iniciou a partir da nossa experiência com o Estágio Supervisionado no IFRN/Cnat, quando ainda licencianda, sendo nessa oportunidade que tivemos a primeira experiência de atuar como docente em sala de aula e no qual pudemos desenvolver na prática o que aprendemos. Encontramos muitas dificuldades ao longo do estágio, mas, quanto mais o tempo passava íamos adquirindo experiências e segurança, e isso levou-nos a refletir a respeito da importância do Estágio Supervisionado. Foi através dessas experiências vivenciada nele que agreguei e (re)construí muitas características da minha Identidade Profissional Docente.

Também tivemos como motivação para investigar esse assunto, o fato de que cursarmos em 2017.1 e 2017.2 duas disciplinas (Educação Profissional e Movimentos Sociais / e História da Educação Profissional no Brasil) como aluna especial no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN/Cnat, o qual nos impulsionou muito a refletir e questionar sobre a Identidade Profissional Docente. E por observarmos que nesse Programa ainda não tinha sido elaborada nenhuma pesquisa que tratasse do tema desta pesquisa.

Desse modo, ao investigarmos as linhas de pesquisa do PPGEP, nos interessamos pela linha de pesquisa 2 que estuda a Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional, da qual faz parte a presente dissertação. Na página desse programa<sup>2</sup> podemos encontrar que a linha de pesquisa supracitada “tem como eixos de investigação os processos de formação docente, inicial e continuada”, e no sentido de que formação docente é educação profissional foi que nos direcionamos ao investigar a respeito de como o Estágio Supervisionado contribui para a construção da Identidade Profissional Docente do licenciando. E pelo PPGEP se tratar de um Programa direcionado a Educação Profissional, que

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/paginas/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 10 de set. 2018.

tem como objetivo “contribuir para a elevação da qualidade social da educação profissional [...]”<sup>3</sup>, é que escolhemos como *locus* de investigação as licenciaturas do IFRN/Cnat que é uma Instituição de Educação Profissional.

Sabemos que a construção da Identidade Profissional Docente não se inicia no Estágio Supervisionado, e que ela está sempre em processo de (re)construção, mas entendemos também que o Estágio Supervisionado contribui para esse processo contínuo. Podemos inferir que essa construção começa desde o início do curso e debater sobre a continuação dessa construção no Estágio Supervisionado faz refletir sobre como se desenvolve a identidade docente, e se é acrescentado, com o passar do tempo, características para essa identidade. Pesquisar sobre essa temática gera indagações, como: A minha Identidade Profissional Docente possui características que precisam ser melhoradas? O que é preciso mudar e melhorar?

No presente estudo buscaremos apresentar a prática do Estágio Supervisionado na construção da identidade do professor, isso partindo do fato de que é no estágio que o aluno – muitos pela primeira vez - vivenciará de fato o que é estar em uma sala de aula sendo o professor.

Caso o licenciando não tenha o entendimento, durante o curso, de que não é somente necessário o domínio teórico da área que ele rege para atuar como professor, inferimos que ele terá essa percepção quando vivenciar o Estágio Supervisionado, é necessário outros saberes, e esse impasse de não “dominar” tudo que se faz necessário provoca no futuro professor a carência de adotar estratégias de ensino diversas e com as inúmeras situações vivenciadas, vai se promovendo experiências no estagiário/futuro docente, e essas experiências é um dos fatores que contribui para a construção da identidade profissional do professor.

A partir deste estudo poderemos entender melhor a contribuição do Estágio Supervisionado para a identidade profissional do professor no início do exercício da docência, pois Pimenta e Lima (2012, p. 61) certificam que o estágio sendo: “campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/paginas/apresentacao>>. Acesso em: 10 de set. 2018.

identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente”.

Nos cursos de licenciatura, o Estágio Supervisionado caracteriza-se como uma das etapas obrigatórias para a formação do licenciando, pois é no estágio que o aluno terá um contato verdadeiro e presencial com as diversas realidades sociais, culturais e também econômicas, dessa forma, o licenciando poderá adquirir experiências que viabilizarão o desenvolvimento de uma visão crítica, que o norteará na ação profissional docente, isto é, o Estágio Supervisionado é um conjunto de períodos de estudos práticos que somados aos conhecimentos teóricos proporciona ao aluno a sua formação inicial - inicial pelo fato de que a formação profissional docente é contínua.

Logo, vemos que o Estágio Supervisionado traz ao professor em formação o primeiro impacto de como é a realidade do docente, promovendo experiências e aprendizagem que passam a forjar a Identidade Profissional Docente do futuro professor. Nessa perspectiva, Barreiro e Gebran (2006, p. 20) asseguram que o estágio curricular “[...] pode se constituir no *lócus* de reflexão e formação da identidade ao proporcionar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade.”.

Para prosseguirmos com o nosso estudo se faz necessário apresentarmos alguns conceitos, que embasam essa pesquisa, a respeito do que é a Identidade Profissional Docente, encontramos alguns estudos e pesquisas que tratam desse assunto (NÓVOA, 1992b; VENTURA, 2017; AGUIAR 2004, dentre outros). Ao pensarmos na identidade de alguém devemos ir além do pensamento de uma simples identificação, pois ela está relacionada às características de uma pessoa, segundo o Dicionário Online de Português, identidade é um “conjunto das qualidades e das características particulares de uma pessoa que torna possível sua identificação ou reconhecimento”, mas a final, o que seria a identidade profissional do professor? Para responder a esta pergunta recorreremos a alguns estudiosos.

Segundo Aguiar, falar sobre identidade:

Implica levar em consideração a estrutura social e o momento histórico, uma vez que o desenvolvimento da identidade do indivíduo

é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais, dadas e incluídas também as condições do próprio sujeito. (AGUIAR, 2004, p. 30).

Isso porque na concepção da autora, no quesito identidade é preciso ter uma visão além da questão científica e acadêmica, é preciso, sobretudo olhar para a questão social e política, tendo em vista que o mundo externo em que vivemos influencia no indivíduo a sua identidade. Vale salientar que para a autora a construção da identidade do indivíduo não se reduz a um só espaço, ou seja, não está relacionado a uma só questão, pois para ela a construção da identidade “é atravessada pelas relações entre o psicológico e o social, entre o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a história da comunidade”, ou seja, a construção se concebe “na dinâmica da internalização/externalização” (AGUIAR, 2004, p. 57).

A Identidade Profissional Docente passa pela construção, mas também pela reconstrução, sobre isso, segundo Aguiar (2004), a sociedade contemporânea constantemente passa por várias transformações, seja economicamente, na política ou na cultura, e isso tudo produz ao professor várias exigências na sua carreira, fazendo com que aconteçam várias transformações no papel do professor, acarreta “novos modos de pensar, agir e interagir”, e para a escritora essas exigências interferem diretamente “na identidade do sujeito, que é construída e reconstruída num processo de interação social, a partir das diferentes experiências vivenciadas no dia-a-dia da história de vida de cada um” (AGUIAR, 2004, p. 57).

Desse modo, entendemos que a Identidade Profissional Docente não é algo estático, muito pelo contrário, se trata de um processo que está em contínua (re)construção, e nessa vertente o autor Ciampa (2004, p. 74) afirma que “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”, assim, compreendemos que a nossa identidade é criada e recriada constantemente, e como já vimos o meio em que vivemos, as experiências que vivenciamos, tudo isso contribui para esta constante criação e recriação da identidade.

Nessa mesma vertente Assis e Medeiros Neta expõem que:

A relação entre os saberes e as práticas docentes na construção da identidade docente dá-se por meio da mediação entre sujeitos

historicamente situados. [...] As práticas por sua vez alimentam-se de saberes que são válidos para as necessidades de cada docente cuja identidade se afirma baseada na relação teoria/prática e na análise que cada um faz de suas práticas confrontando-as com as teorias que darão origem à configuração de novas práticas, novos saberes e novas teorias. Essa rede de relações acrescida da individualidade de cada professor constrói a identidade do docente. (ASSIS; MEDEIROS NETA, 2014, p. 15).

Em outras palavras, vemos que para as autoras, na prática docente o professor deve utilizar dos saberes adquiridos para suprir tal necessidade que ele esteja enfrentando, e a partir dessa prática surgem outras práticas e novos saberes e novas teorias, e tudo isso colabora para o processo de construção da Identidade Profissional Docente. Fazendo ligação com o estágio supervisionado, podemos inferir que a atuação docente de fato se inicia no estágio supervisionado, é nesse momento que o licenciando será obrigado a utilizar os seus saberes adquiridos, gerando com essa prática “novas práticas, novos saberes e novas teorias”, e isso, com efeito, traz contribuições para a construção da Identidade Profissional Docente daquele indivíduo.

Ainda a respeito da identidade, Dubar (1995, p. 105) defende que “não é mais do que o resultado, simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”, além disso, Dubar acredita que as identidades não sucedem somente das ações de atribuição dos outros, mas também pelas reivindicações das qualidades “por si e para si mesmo” do próprio indivíduo, ou seja, vem também do que o indivíduo pensa de si mesmo.

Nessa perspectiva, para Nóvoa, a identidade:

Não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão [...]. [A construção da identidade] é um processo que necessita de tempo. Um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, para assimilar mudanças. (NÓVOA, 1992b, p. 16).

Desse modo, podemos entendemos que para Nóvoa a Identidade Profissional Docente passa por lutas e conflitos para ser forjada e construída, necessitando esse

processo de tempo, ou seja, não se tem e nem se forma uma identidade da noite para o dia, sendo, às vezes, até necessário refazê-la, isso pelo fato do professor ser um ser humano crítico, que sempre passa no seu dia a dia por novas experiências na atuação de sua profissão, no qual muitas vezes acarretam mudanças e inovações em seu comportamento ou maneira de ser, através da autoanálise e de novas vivências, refletindo, tudo isso, em sua Identidade Profissional Docente.

Conforme Pimenta (1996), a identidade profissional constrói-se com base no significado social da profissão e suas práticas, como também das tradições que esta traz, além disso, a autora acredita que o professor constrói também a sua identidade profissional através de sua representação, do valor dado pelo docente para a sua profissão, sua maneira de ver o mundo, sua história de vida, suas angústias, saberes e anseios, assim como, através das nas relações que ele tem com outros professores nas escolas, em sindicatos e outros grupos sociais que ele está inserido.

Diante das percepções dos teóricos, apreendemos que Identidade Profissional Docente, não é o mesmo que a identidade própria do indivíduo, ainda que esta esteja de certo modo ligada à identidade profissional. Fazemos uso do “profissional” para evidenciarmos que ser professor é uma profissão, e deve ser reconhecida como tal, e que como em todas as profissões os indivíduos desenvolvem suas identidades profissionais. Nesse sentido, a Identidade Profissional Docente é concebida como um processo inacabável, por se construir e reconstruir ao longo da formação docente e do exercício da profissão, em todo esse percurso a mesma é forjada, através das experiências vivenciadas, dentre outras. Mas Identidade Profissional Docente também é procedente das crenças e princípios que cada indivíduo carrega consigo ao longo da vida e da trajetória escolar, além de ser influenciada pelo contexto social do profissional e das exigências estabelecidas a essa profissão.

Diante do exposto, pensando sobre o que o Estágio Supervisionado desenvolve ou/e contribui para a construção da identidade dos licenciandos do IFRN/Cnat, geraram em nós algumas indagações, a saber: (1) Como é concebido o Estágio Supervisionado nos documentos legais que regem o estágio supervisionado e nos institucionais do IFRN/Cnat? (2) Quais os conceitos defendidos por estudiosos

que versam sobre Identidade Profissional Docente e Estágio Supervisionado? (3) Quais os conceitos dos licenciandos e dos professores/coordenadores de estágio quanto às contribuições do Estágio Supervisionado no processo da construção da Identidade Profissional Docente?

Para responder a essas inquietações, temos como objetivo geral analisar como o Estágio Supervisionado, das licenciaturas do IFRN/ Cnat, contribui para a construção da Identidade Profissional Docente. Temos também três objetivos específicos, quais sejam: (1) Identificar como o Estágio Supervisionado é concebido pelos documentos legais do país e os institucionais do IFRN/Cnat que regem o estágio, (2) refletir sobre os conceitos de Identidade Profissional Docente e de Estágio Supervisionado e (3) analisar a concepção de licenciandos e professores/coordenadores de estágio sobre as contribuições do Estágio Supervisionado para a constituição da Identidade Profissional Docente.

Nesse sentido, a partir de agora descreveremos a metodologia deste estudo, contemplando o tipo, o contexto e os colaboradores da pesquisa, bem como os instrumentos e procedimentos que utilizamos durante a coleta e análise dos dados.

Essa pesquisa apresenta-se como qualitativa, sobre isso, para Minayo (2000, p. 57), esse método “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”, foi nessa perspectiva de interpretações e percepções que analisamos os dados obtidos através dos sujeitos de pesquisa.

A respeito de seus objetivos classificamo-la como descritiva, de acordo com Andrade (2007, p.114), nesse tipo de pesquisa “os fatos são observados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”, ou seja, na pesquisa descritiva, não poderá haver interferência do investigador, ele apenas busca observar, registrar e analisar, o fenômeno que ele deseja averiguar.

No que concerne ao caráter de estudo, ela é exploratória, pois, além de não intervir no ambiente pesquisado, a mesma está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. E quanto à forma de levantamento de dados, ela é primária, já que os dados, no contexto da pesquisa, serão levantados pela primeira vez. Para a coleta de dados, realizamos

uma pesquisa de campo, optamos pelo questionário com questões objetivas e subjetivas, acreditamos que o mesmo é um meio eficiente de coleta de dados, reconhecendo que a mescla de objetividade e subjetividade, tanto nos possibilitarão exprimir os sentidos, as significações, os conceitos, valores, e tudo aquilo que é subjetivo a cada um, como também possibilitará ao sujeito de pesquisa responder livremente as indagações propostas, nos dando assim uma compreensão inteligível do que o sujeito deseja expor.

Já no que se refere à análise dos dados, utilizamos parcialmente o método de análise de conteúdo. Sobre esse método Minayo (2014, p. 301) diz: “expressão genérica que designa o tratamento de dados qualitativos. Trata-se de um conceito historicamente construído para dar respostas teórico-metodológicas”, para ela a mais influente pesquisadora dessa modalidade é Bardin, desse modo, recorreremos a esta para explanar o que seja o método e nós baseamos em suas orientações (Bardin, 2011) para a análise dos dados coletados nessa pesquisa.

A esse respeito, de acordo com Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Para Bardin esse método é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens coletadas, desse modo, compreendemos que é um método de categorias, o qual permite a classificação dos componentes do significado do discurso em espécie de quadros sinóticos, sendo a sua principal função o desvendar crítico.

Ainda, também classificamos essa pesquisa como bibliográfica, na qual temos como arcabouço teórico a respeito do Estágio Supervisionado autores como Pimenta e Gonçalves (1990), Pimenta (1995; 2012a, 2012b), Tardif (2002; 2014), Bianchi *et al* (2005), Pimenta e Lima (2012), dentre outros, e concernente a temática de Identidade Profissional Docente nos apoiamos em autores como Nóvoa (1992b), Dubar (1995; 1997; 2005), Pimenta (1996) Aguiar (2004), Assis e Medeiros Neta (2014), Ventura (2017), dentre outros. Além disso, também se trata de uma pesquisa de cunho documental, a partir de documentos legais como a Lei 9.394/96, a Lei

11.788/2008, a Organização Didática do IFRN, Projeto Político Pedagógico do IFRN, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura do IFRN/Cnat, dentre outros.

Desse modo, utilizamos também o método de triangulação como referencial de análise, quanto a essa estratégia Azevedo *et al* (2013, p. 4) dizem que “a partir dos conceitos emitidos ao longo da história, pode-se inferir que a triangulação ou uso de múltiplos métodos [...] é uma estratégia a ser utilizada por pesquisadores de diversas áreas.”. Nessa perspectiva esses autores, baseados em Decrop (2004), afirmam que:

A triangulação significa olhar para o mesmo fenômeno, ou questão de pesquisa, a partir de mais de uma fonte de dados. Informações advindas de diferentes ângulos podem ser usadas para corroborar, elaborar ou iluminar o problema de pesquisa. Limita os vieses pessoais e metodológicos e aumenta a generalização de um estudo (AZEVEDO *et al*, 2013, p. 4).

E é com essa compreensão de corroborar e iluminar a nossa pesquisa que fazemos uso dessa ferramenta. Ainda em seu texto Azevedo *et al* apresentam os principais objetivos da triangulação:

A triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além de outras), assim como diferentes métodos de análise dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos *[sic]* e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais, etc. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Ela contribui para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados. (AZEVEDO *et al*, 2013, p. 4).

Assim, podemos ver que a triangulação oferece muitas possibilidades de uso para o pesquisador. Nesse sentido, nesse estudo fizemos uso da abordagem de triangulação metodológica de pesquisa, fazendo relação da tríade pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, desse modo, temos uma triangulação teórico-documental-empírica.

O *locus* dessa pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/Cnat. A princípio nossa intenção era investigar os quatro cursos de licenciatura ofertados pela instituição, quais sejam: Espanhol, Física, Geografia e Matemática, mas pelo fato do Estágio Supervisionado ser ofertado anualmente e também pelos alunos optarem por reconhecer o Programa Residência Pedagógica como cumprimento do estágio, houve redução no número de alunos possíveis para a investigação, desse modo, os cursos possíveis para realizarmos a pesquisa foram: Espanhol, Física e Matemática.

Sendo assim, tivemos como sujeitos da pesquisa professores coordenadores de Estágio Supervisionado e licenciandos dos cursos supracitados, atuantes nas etapas III e IV do Componente Curricular obrigatório Estágio Supervisionado. A escolha das etapas III e IV do estágio, não é por desmerecermos ou rebaixarmos as etapas I e II, mas pelo fato de que é nelas que o licenciando atua em sala de aula como docente.

Para melhor apresentar os nossos colaboradores investigados elaboramos os quadros 1 e 2:

Quadro 1: Perfil dos Professores Participantes

<b>CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>FORMAÇÃO INICIAL / TITULAÇÃO</b>	<b>SEXO / IDADE / ANOS DE ATUAÇÃO COMO DOCENTE</b>	<b>LICENCIATURA(S) QUE COORDENA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO / ETAPA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO QUE COORDENA</b>
<b>PCE</b>	Licenciatura em Pedagogia / Pós-Doutorado em Educação	Feminino/ 52/ 25	Geografia e Espanhol / I e IV
<b>PCF</b>	Licenciatura em Física / Doutorado	Masculino/ 58/ 30	Física / I e III
<b>PCM</b>	Licenciatura em Pedagogia / Doutorado	Feminino/ X/ 15	Matemática / III

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Quadro 2: Perfil dos Alunos Participantes

<b>CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>SEXO / IDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>ETAPA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>
--------------------------------	---------------------	--------------	--

<b>AE</b>	Feminino / 32	Licenciatura em Espanhol	IV
<b>AF</b>	Masculino / 35	Licenciatura em Física	IV
<b>AM1</b>	Masculino / 65	Licenciatura em Matemática	III
<b>AM2</b>	Masculino / 28	Licenciatura em Matemática	III
<b>AM3</b>	Masculino / 33	Licenciatura em Matemática	III

Fonte: Elaboração própria em 2019.

A pouca quantidade de alunos participantes da pesquisa se dá devido a muitos licenciandos optarem pelo Programa Residência Pedagógica como cumprimento do estágio curricular supervisionado.

Quanto ao caminho percorrido nesse estudo, partimos de um levantamento bibliográfico a respeito das teorias sobre a formação docente, o Estágio Supervisionado na formação docente e a respeito da construção da Identidade Profissional Docente. Essa fase foi essencial para o desenrolar da pesquisa por fornecer os subsídios teóricos necessários para a realização desse trabalho. Posteriormente foi feito um estudo documental a respeito de leis que versam sobre o Estágio Supervisionado docente.

Após esse momento, elaboramos e aplicamos um teste piloto do questionário a cinco licenciados voluntários, a fim de estreitarmos bem as questões que fariam parte do questionário final aplicado aos sujeitos investigados, para assim conseguir atingir os objetivos geral e específicos dessa pesquisa. Por isso, consideramos o teste piloto como uma estratégia metodológica, concernente a isso, Yin (2005, p. 104) denomina essa estratégia de “estudo de caso piloto”, para ele o piloto “auxilia-o na hora de aprimorar os planos para a coleta de dados tanto em relação ao conteúdo dos dados quanto aos procedimentos que devem ser seguidos”.

Nessa perspectiva, após a aplicação do teste, buscamos saber dos licenciados voluntários se houve alguma dificuldade em entender ou responder as questões propostas, e a partir de suas contribuições tivemos a possibilidade de fazer as alterações necessárias no nosso instrumento final de coleta de dados que seria aplicado aos licenciandos. A partir desse questionário, fizemos adaptações para aplicar aos professores/coordenadores.

Desse modo, realizamos a coleta de dados com os questionários, uns foram enviados por email, devido à indisponibilidade de tempo dos colaboradores, e outros aplicamos presencialmente. Logo, seguimos para a análise dos dados, quanto a isso, conforme já mencionado, utilizamos parcialmente o método de análise de conteúdo.

A respeito desse método Bardin (2011) diz que ele se organiza em torno de três pólos cronológicos, quais sejam: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Esse método oferece ao pesquisador um caminho de possibilidades de análise, o que não cabe aqui explanarmos, a respeito disso, a autora diz que é um método empírico “[...] dependente do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo [sic]. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis” (BARDIN, 2011, p. 30). Desse modo, nessa pesquisa não seguimos a risca todo passo a passo descrito pela autora, mas fizemos uso de alguns procedimentos.

Nesse sentido, primeiramente, na pré-análise, que “é a fase de organização propriamente dita” (BARDIN, 2011, p. 95), pensando em um dos nossos objetivos específicos que é analisar a concepção de licenciandos e professores/coordenadores de estágio sobre as contribuições do Estágio Supervisionado para a constituição da Identidade Profissional Docente, criamos quadros com as perguntas e respostas contidas nos questionários, deixando em uma coluna as respostas dos professores/coordenadores e na coluna ao lado as respostas dos alunos, a partir disso realizamos a primeira leitura dos dados, o que Bardin (2011) classifica como “leitura flutuante”.

Logo, com a familiarização dos discursos, partimos para a fase da exploração do material, sobre isso Bardin (2011, p. 101) diz que essa “fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas”, sendo assim, fizemos uma síntese das respostas, e depois afunilamos ainda mais os quadros. Modificamos o título dos quadros, criando categorias a partir das questões realizadas nos questionários, e quanto às sínteses dos discursos que realizamos, transformamo-las em uma espécie de palavras-chave a partir de uma análise semântica das falas. Sendo esses quadros finais expostos no capítulo III

desse estudo, possibilitando a terceira fase do método que é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nesta, buscamos analisar os pontos convergentes e divergentes das concepções dos professores/colaboradores entre si, logo, os alunos entre si, e por fim fizemos uma análise entre os professores/coordenadores e os alunos. Isso a partir das palavras-chave expressadas nos discursos, fazendo relação desses dados empíricos com teóricos e documentos legais e institucionais do IFRN, fazendo então o entrelaçamento destes a partir da triangulação.

Quanto à apresentação desse trabalho, dividimos o mesmo em quatro sessões, quais sejam: o Capítulo introdutório, os Capítulos II, III e as Considerações Finais. Na introdução expomos o que seja a formação de professores, estreitando essa formação no Estágio Supervisionado, evidenciando a sua importância, também externamos as nossas justificativas sobre esse estudo. Ainda, trazemos conceitos de autores sobre a Identidade Profissional Docente, partindo então para as questões norteadoras de pesquisa, seguidas dos objetivos geral e específicos. Por fim, descrevemos a metodologia utilizada nessa pesquisa.

No capítulo II abordamos a temática do Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório, desse modo, expomos concepções de autores quanto ao estágio e sua importância, também apresentamos e discutimos partes mais relevantes dos documentos legais que legislam o Estágio Supervisionado, assim como apresentamos o que versam os documentos institucionais, a fim de mencionarmos o lugar do Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório no IFRN/Cnat.

Já no capítulo III, analisamos e discutimos as concepções dos licenciandos e professores/coordenadores de estágio do IFRN/Cnat quanto ao Estágio Supervisionado na construção da Identidade Profissional Docente, apresentando os nossos resultados dessa análise.

Por fim, expomos as nossas considerações finais que traz uma síntese dos pontos mais relevantes da pesquisa juntamente com as nossas conclusões e resultados.

## **2 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO: AS FORMALIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NO IFRN/CNAT**

Conforme o tema proposto, expomos nesse primeiro capítulo discussões de conceitos essenciais para compreendermos o que os teóricos versam quanto ao estágio supervisionado e a sua contribuição na construção da identidade dos docentes em formação, como também os pontos mais relevantes dos principais documentos que tratam do estágio supervisionado docente.

### **2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DOCENTE COMO PRÁTICA PROFISSIONAL**

Conforme o que já apresentamos, o Estágio Supervisionado é uma das etapas obrigatórias e importante no currículo acadêmico para a formação docente, pois mesmo o graduando tendo o preparo teórico dos assuntos relacionados à sua área de ensino, nem sempre é fácil e nem sempre são integradas a teoria e a prática ao longo do curso, e ao passar pelo Estágio Supervisionado, o licenciando tem mais oportunidade de efetivar a unidade teoria e prática. Neste espaço, além da oportunidade de adquirir novos conhecimentos, o licenciando poderá colocar em prática o que já aprendeu, estando em um convívio direto com a realidade do professor, as suas dificuldades, e também o aprendizado que se tem no contato com os alunos.

Dessa maneira, sendo o estágio um campo de conhecimento, deve-se ter integração entre teoria e prática estas sendo associadas como uma unidade, dando a oportunidade ao estagiário de familiarizar-se com o ambiente escolar. Desse modo, entendemos que o estágio não é apenas mais uma disciplina no currículo do licenciando, se trata de um componente curricular indispensável, uma ação prática realizada e sentida, que possibilita a inserção dos licenciandos nas instituições escolares, ou seja, a inserção dos professores em formação no seu ambiente de trabalho.

Sendo assim, apresentamos então as definições de estágio e algumas atribuições de valor de acordo com alguns autores. Pimenta e Gonçalves (1990) consideram que o objetivo do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. E nessa mesma vertente, vemos que segundo o Parecer nº CNE/CP 28/2001 “o estágio curricular supervisionado é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor”(BRASIL, 2001c, p. 10), isso com a finalidade de realmente o licenciando sentir na pele o verdadeiro papel do docente em sala de aula.

Segundo Pimenta e Lima (2012, p. 29), “considerar o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental”, isso pelo fato de que:

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais, em contraposição à teoria. Não é raro ouvir, a respeito dos alunos que concluem seus cursos, referências como “teóricos”, que a profissão se aprende “na prática”, que certos professores e disciplinas são por demais “teóricos”. “Que na prática a teoria é outra”. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 33).

Assim compreendemos que na formação de professores carece tanto da prática, como da teoria, elas fazem parte da formação do profissional docente, entendemos que não se deve atribuir mais valor a um do que a outro, pelo fato de que os dois se completam. Para as autoras a dissociação entre teoria e prática resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, nesse sentido, o estágio é teoria e prática e não teoria ou prática.

As autoras apresentam (PIMENTA; LIMA, 2012) que é necessário que se tenha no currículo do curso a integração, a interdisciplinaridade entre as disciplinas, incluindo o Estágio Supervisionado, que é parte obrigatória no currículo do licenciando, é preciso que haja nexos dessas disciplinas com a realidade do campo de atuação do futuro formando. É preciso superar a separação entre teoria e prática, se afastando da concepção de que o estágio é a parte prática do curso.

Pimenta e Gonçalves (1990) entendem que o estágio deve propiciar ao estagiário uma aproximação à realidade que ele irá atuar, para esses autores o

estágio não deve ser concebido como o centro de prática do curso, deve-se tê-lo como uma possibilidade de aproximação à prática, fazendo a relação entre a teoria e a prática.

Ainda sobre a relação entre teoria e prática, Pimenta (2012b, p. 105) expõe que “[...] a atividade teórica é que possibilita de modo indissociável o conhecimento da realidade e o estabelecimento de realidades para a sua transformação. Mas para produzir tal transformação não é suficiente a atividade teórica; é preciso atuar praticamente”.

Quanto às contribuições do estágio na formação do aluno, Zabalza (2014, p. 98) diz que ele “permite completar as aprendizagens disciplinares e enriquecê-las mediante a possibilidade de aplicá-las em contextos profissionais reais”, para ele o estágio serve para aproximar os estudantes do mundo e da cultura da profissão à qual desejam se integrar, dando oportunidade ao estagiário de vivenciar os próprios cenários profissionais, serve também para que os estudantes possam fazer a ligação do aprendido, no sentido de saber para que serve ou a que se aplica, dando, desse modo, sentido às coisas que estudam.

Ainda para Zabalza (2014), o estágio também serve para possibilitar ao licenciando novas experiências, fazendo com que ele adquira novos conhecimentos, também propicia ao aluno o ato de reflexão de suas ações, fazendo com que ele reforce ou mude as suas atitudes e faz com que o estagiário desenvolva novas habilidades. Desse modo, o estágio constitui uma importante peça no edifício da formação do estudante, melhorando a maturidade e a autoconfiança do estudante.

Por fim, Bianchi *et al* (2013, p. 1), acreditam que o Estágio Supervisionado proporciona de certa forma a confirmação do desejo de se tornar professor, no sentido de que “[...]o aluno revela a sua criatividade, independência e caráter, proporcionando-lhe oportunidade para perceber se a escolha da profissão para a qual se destina corresponde a sua verdadeira aptidão”, esses autores caracterizam o Estágio Supervisionado como uma etapa muito importante na licenciatura, pois:

O estágio em licenciatura é muito especial e diferencia-se totalmente daquele destinado aos cursos de Bacharelado, pois se direciona para futuros educadores, que, no Ensino Básico, constituem o alicerce para a formação de profissionais de todas as categorias e,

principalmente daquelas que exigem formação acadêmica (BIANCHI *et al*, 2013, p. 5).

A formação do professor é algo que requer atenção, pois, em parte, o futuro do aluno que esse professor está formando, depende da formação que esse docente teve na sua graduação. Desse modo, podemos ver que existe a necessidade de uma preocupação, por parte da instituição formadora, para um melhor direcionamento do licenciando na atuação do seu Estágio Supervisionado, em todas as etapas desse processo, pois o “estágio curricular supervisionado” se trata de “uma disciplina que exige total envolvimento dos que nela se encarregam, especialmente nas Instituições de Ensino Superior” (BIANCHI, 2013, p. 8), na visão desses autores o Estágio Supervisionado é concebido como uma disciplina, os mesmos deixam claro ao longo do texto deles (Bianchi *et al*, 2013) a importância do Estágio Supervisionado na formação do professor.

Pensando na importância que cada etapa do Estágio Supervisionado tem na formação do licenciando, exporemos algumas considerações quanto a essas etapas. O Estágio Supervisionado é um componente curricular imprescindível na formação do licenciando, no qual é dividido em quatro etapas que devem ser cumpridas a partir do quinto período do curso. Podemos inferir que muitos fazem as seguintes indagações: mas a final que benefício trará a etapa I de caracterização da escola? Ou para que servirá fazer a etapa II de observação? Essas, dentre outras, são perguntas que geralmente os licenciandos.

Nesse sentido, é válido ressaltarmos que todas as etapas trazem ao licenciando um novo conhecimento a partir das experiências vivenciadas, é válido também expormos o porquê delas serem importantes e o que cada uma delas propicia ao licenciando.

Desse modo, seguindo as divisões e orientações de Estágio Supervisionado para as licenciaturas do IFRN/cnat, estabelecidas nos documentos institucionais, a primeira etapa proporcionará ao estagiário a visão geral do campo em que ele atuará, no qual o licenciando deve fazer a caracterização da instituição concedente do estágio, analisando e apresentando possíveis soluções do ambiente observado, ele também deve fazer uma análise do material didático utilizado na instituição, buscando compreender a importância do currículo e do planejamento da disciplina, é

com essas informações e observações que o estagiário deve fazer o relatório dessa primeira etapa. Todas essas atividades iniciais do estágio trarão ao licenciando uma maior aproximação e familiarização do ambiente de atuação profissional do docente e isso servirá de preparação para a sua prática nas etapas de regências.

Na segunda etapa o estagiário deve caracterizar e observar a escola e a sala de aula, a observação não é importante somente para situar o estagiário, mas possibilitará a ele presenciar situações reais e ao se deparar com elas dentro de sala de aula, ele será levado a refletir se suas práticas seriam as mesmas, ou meios de mudar e/ou contribuir para aquele meio.

A observação dentro de sala de aula possibilitará ao licenciando reflexões de métodos para realizar na terceira etapa, a de regência, ou seja, na ação de observação o estagiário terá a possibilidade de formar a sua visão crítica do ambiente que futuramente ele irá exercer a sua profissão, podendo desde então fazer seleções críticas dos métodos de ensino que ele achou viáveis, e também separar aquilo que a seu ver, não é interessante para a sua ação como docente. Também é necessária nessa etapa a elaboração de um relatório, esse processo de escrita leva o estagiário a pensar, a repensar e refletir sobre tudo que ele observou, e essas ações levam o licenciando a um grau maior de maturidade profissional.

A terceira etapa, que é o início da regência, que deve ser realizada preferencialmente no Ensino Fundamental, vale ressaltar aqui que o curso de espanhol realiza esta etapa no Ensino médio, visto que no Ensino Fundamental não os alunos não cursam a disciplina de língua espanhola, é interessante também destacar que esse curso tem carga horária reduzida para o momento da regência devido à baixa carga horária de espanhol nas escolas.

Assim como as outras etapas, essa é importante e traz muito conhecimento e benefício para a formação do licenciando. Essa etapa permitirá ao estagiário desenvolver na prática um planejamento didático, assim como executá-lo, desse modo, o licenciando poderá aprender a ter noção do tempo que se leva para desenvolver certa atividade em sala de aula, ou até mesmo como desenvolver determinado conteúdo, isso e todas as outras atividades que o estagiário possa vir a desenvolver na prática docente lhe acrescentam novos conhecimentos para compor a sua formação docente.

De modo geral, essa etapa proporciona experiências e sem dúvida é uma fase necessária para o aluno de licenciatura no seu processo de formação, pois por mais que seja ensinado dentro de sala de aula como o professor pode atuar, ou as metodologias que ele pode utilizar e até mesmo os conteúdos que no futuro ele irá lecionar, é no estágio que o licenciando terá a oportunidade de colocar em prática o que aprendeu, tendo também a oportunidade de aprender praticando, fazendo a integralização teórico-prática, vendo na prática o que realmente dá e o que não dá certo na sua atuação como docente. Nessa etapa, o relatório também produz conhecimento no aluno, pelo fato de que na hora da escrita o aluno terá que descrever as suas ações e experiências, e essa ação de tentar lembrar-se dos detalhes, leva ele a reflexão de todo o processo de seu exercício profissional.

A quarta etapa não é tão distinta a esta, no sentido de se tratar também da regência, sendo esta realizada preferencialmente no Ensino Médio. Ao chegar nessa etapa do estágio o estagiário já está mais maduro, se sentindo mais confiante de suas práticas, devido à preparação que teve nas etapas anteriores. Podemos inferir que a quarta etapa é como se fosse uma nova oportunidade de prática, no sentido de que o estagiário possa ter passado por experiências na terceira etapa que provocaram mudanças nele, trazendo uma nova perspectiva de prática profissional.

Podemos pensar nessas quatro etapas como escadas, em que a cada degrau é uma experiência a mais, um aprendizado a mais, um desafio e superação a mais na vida do licenciando, uma ascensão de conhecimento profissional e isso tudo contribui para a formação da identidade profissional desse docente em formação. A realização do relatório, nessa quarta etapa, também deve ser feita, possibilitando novas reflexões e autocrítica quanto ao conjunto de atividades de formação realizadas pelo estagiário. A junção desses quatro relatórios parciais forma o relatório final de estágio.

Percebemos que o conjunto que forma o relatório geral é de certa forma uma pesquisa realizada e vivenciada pelo autor – o licenciando. De acordo com Bianchi *et al* (2013, p. 10) a pesquisa é “um elemento que, além de enriquecer as atividades normais, complementa o estágio e a aprendizagem do estudante. A oportunidade de “aprender fazendo”, aplicando na vida real, no futuro local de trabalho” é sem dúvida riquíssima para o estudante, e essa experiência vivida por ele são dados de uma

pesquisa de campo, no qual associado a um embasamento teórico comporão a sua pesquisa final, ou seja, o relatório final de estágio. A elaboração bem realizada desse trabalho pode ser o primeiro passo para o desenvolvimento de outros estudos, como a sua continuação em uma pós-graduação, assim como servirá para a comunidade de estudos (BIANCHI, 2013).

Em todas essas etapas de Estágio Supervisionado o estagiário conta com vários professores para ajudá-lo nesse processo, existe o coordenador de estágio, que é um dos investigados nessa pesquisa, que tem o objetivo de articular os Estágios Docentes de I a IV e coordenar o grupo de professores orientadores, instruindo o estagiário nas aulas de seminário de orientação de estágio. O licenciando conta também com o professor orientador, do curso, que orientará o estagiário nas atividades que o mesmo deve desenvolver, e por fim o estagiário conta com o apoio do professor colaborador, esse faz parte da escola concedente do estágio.

Por tudo que aqui expomos, entendemos o Estágio Supervisionado não como uma disciplina obrigatória separada das outras disciplinas, mas sim como um componente curricular que possibilita a continuação de aprendizagem na formação docente, no qual a teoria e a prática se encontram em união, e nesse encontro o licenciando pode adquirir novas experiências, e aprender mais com elas.

As dificuldades encontradas na trajetória do Estágio Supervisionado, como por exemplo, o nervosismo, a insegurança ao ministrar certo conteúdo, a falta de compromisso e interesse dos alunos, dentre outros, tudo isso pode parecer assustador para quem nunca esteve à frente de uma sala de aula, mas aí é que está à oportunidade do estagiário aprender com as dificuldades e ganhar experiência e maturidade profissional, não que o Estágio Supervisionado vá potencializar o professor estagiário de tal forma que ele saia um super professor, mas o estágio é o ponto de partida de experiências de atuação para a profissão de professor.

## 2.2 OS DOCUMENTOS LEGAIS E O LUGAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NO IFRN/CNAT

Neste tópico abordamos alguns pontos dos documentos mais relevantes que versam sobre o Estágio Supervisionado, tanto documentos mais abrangentes que legislam o sistema de ensino, como documentos mais específicos, que são elaborados pelo próprio IFRN. Percebemos a importância de fazer esse afinamento para entendermos melhor como deve funcionar o Estágio Supervisionado docente no Brasil segundo as leis estabelecidas, para depois entendermos o funcionamento dele nas licenciaturas do IFRN, apresentando pontos peculiares do mesmo segundo os documentos institucionais da referida instituição de ensino.

A respeito dos documentos mais relevantes que legislam o Estágio Supervisionado docente no Brasil, seguiremos uma linha histórica, expondo pontos relevantes em uma linha progressiva a partir do ano de criação desses documentos. Partiremos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, desse modo, essa lei ficou conhecida como LDB nº 9.394/96, nela não se tem muitas especificações a respeito do Estágio Supervisionado docente, mas podemos ver no Título VI, que versa sobre os Profissionais da Educação, mais especificamente no art. 61, antes de ser alterado, estabelecia que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço (BRASIL, 1996, *on-line*).

Podemos ver que não foi estabelecido como deveria ser realizada essa associação entre teoria e prática. A Lei nº 12.014/2009 altera esse art. 61, com o intuito de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação, instituindo que:

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica,

terá como fundamentos: [...] II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço (BRASIL, 1996, *on-line*).

Com essa alteração fica estabelecido na Lei nº 9.394/96 que essa associação entre teoria e prática deve ser feita mediante o Estágio Supervisionado e também com a capacitação em serviço, podemos inferir que talvez essa alteração realizada em 2009 tenha ocorrido para se ter uma sintonia com a Lei nº 11.788 sancionada em 2008, conhecida também como a “nova lei do estágio” que dispõe sobre o estágio de estudantes, a mesma diz que o “estágio é ato educativo escolar supervisionado”.

Podemos ver que a lei nº 9.394/96 estabelece que a associação entre a teoria e prática por meio do Estágio Supervisionado é um dos fundamentos para a formação docente, desse modo, o coloca como obrigatório nos cursos de licenciatura. Concernente a isso, segundo Andrade e Resende, a Lei nº 9.394/96:

Trouxe inovações e foi responsável por mudanças estruturais importantes. [...] a LDB figurou como um importante instrumento de concretização dos direitos educacionais. Essa Lei propugnou claramente que a formação dos profissionais da educação deve ter como fundamento, entre outros aspectos, ‘a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço’, e, além disso, garantiu que a ‘formação docente, exceto para a educação superior, deve incluir prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas. (ANDRADE; RESENDE, 2010, p. 239).

No entanto, as autoras consideram que para realmente existir essa associação entre teoria e prática se faz necessário existir uma relação e uma estrutura curricular que oportunize esse tipo de ação, pois se não houver essa dinâmica “continuar-se-á a mascarar a existência dessa relação, ou, o que é pior, continuará como de costume, ficando a cargo do próprio aluno de Licenciatura, futuro professor, a tarefa autônoma de estabelecer essa relação” (ANDRADE; REZENDE, 2010, p. 23), ou seja, para as elas, há indicação clara de que a articulação entre teoria e prática deve ser estabelecida na estrutura do currículo, para assim possibilitar ao licenciando realizar melhor relação teórico-prática em relação à prática docente no Estágio Supervisionado.

Outro documento importante que aborda o Estágio Supervisionado é o Parecer CNE/CP nº 009/2001, o mesmo remete uma proposta de Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Nesse Parecer apresenta-se a seguinte definição de prática na formação docente:

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. O planejamento e a execução das práticas no estágio devem estar apoiados nas reflexões desenvolvidas nos cursos de formação. (BRASIL, 2001a, p. 23).

Nesse sentido, um dos objetivos desse documento é a superação da ideia de que o estágio é o espaço destinado à prática, enquanto que na sala de aula se dá conta da teoria. Esse documento institui que a prática, na matriz curricular, não poderá ficar limitada a um espaço isolado, restringindo-a ao estágio e separando-a do restante do curso. Fica estabelecido que essa prática deve estar presente desde o início do curso permeando em toda a formação do professor. Institui também no art. 13 que “em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar” (BRASIL, 2001a, p. 67).

O Parecer CNE/CP nº 27/2001 foi elaborado a fim de dar nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 009/2001, a primeira mudança que percebemos é a troca do termo “estágio”, redigiram como “estágio curricular supervisionado”, sendo dessa maneira mais especificado de que não se trata de qualquer estágio, mas do estágio supervisionado que conta na grade curricular do curso que está formando professores.

Antes da alteração do Parecer CNE/CP nº 27/2001, era proposto que o estágio obrigatório fosse vivenciado ao longo de “todo” o curso, devendo ocorrer desde o primeiro ano e isso foi redigido, passou-se a considerar que “o estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional” (BRASIL, 2001b, p. 1), foi determinado que o estágio deve ser desenvolvido a partir

do início da segunda metade do curso, de acordo com o projeto pedagógico do mesmo.

Outro parecer que estabelece sobre o Estágio Supervisionado é o Parecer CNE/CP nº 28/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, o mesmo estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Com a alteração ficou determinado que a carga horária dos cursos será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 horas, dessas horas, 400 será destinada a prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso, e mais 400 horas será de estágio curricular supervisionado iniciando da segunda metade do curso, conforme estabelecido no Parecer CNE/CP nº 27/2001 que já mencionamos.

Quanto à prática como componente curricular, vemos que no Parecer CNE/CP nº. 28/2001 é apresentada uma concepção sobre prática e sua relação com a teoria:

A prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação (BRASIL, 2001c, p. 9).

Esse documento apresenta a prática como componente curricular, reafirmando que se deve ter uma relação constante entre teoria e prática, e não isolar os dois, de modo que essa prática seja executada somente no Estágio Supervisionado, é exposto que se deve fazer com que haja discussão contínua entre o fazer e o saber, articulando, de modo equilibrado, a teoria e a prática.

Partindo agora para a Resolução CNE/CP 1/2002, fundamentada nos Pareceres CNE/CP nº 009/2001 e CNE/CP nº 27/2001, institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, no curso de licenciatura, de graduação plena, sobre o estágio curricular supervisionado ela institui que:

O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitando o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio (BRASIL, 2002, p. 6).

Como podemos ver nessa resolução, é reafirmado a obrigatoriedade do Estágio Supervisionado na licenciatura, devendo ser realizado na segunda metade do curso, conjuntamente entre a instituição formadora e a escola campo de estágio. Também nesse parecer à prática é apresentada como não restrita ao estágio, mas tendo que ser presente desde o início do curso.

Essa resolução institui que a coordenação de estágio deve promover a articulação das diferentes práticas, visando uma perspectiva interdisciplinar, no qual a prática deve ser realizada com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, objetivando a atuação em situações contextualizadas.

Houve um grande salto quanto ao Estágio Supervisionado no ano de 2008 quando foi sancionada a Lei nº 11.788/2008, conhecida também como “nova lei dos estágios”, ela dispõe especificamente sobre o estágio de estudantes, fazendo alterações na redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de revogar outras leis. Por essa lei ser extensa e extremamente importante a sua explanação nesse trabalho, apresentaremos resumidamente os pontos mais relevantes de cada um dos seus seis capítulos.

No primeiro capítulo da Lei nº 11.788/2008, podemos ver a definição, a classificação e as relações do Estágio Supervisionado. Logo no início, vemos a clara definição do que é o estágio, definindo o mesmo como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL, 2008, *on-line*), nesse sentido, essa lei afirma que o estágio tem que fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) integrando o itinerário formativo do educando, é exposto que o estágio tem o objetivo de o estagiário aprender competências próprias da atividade profissional que ele está estudando, além de oportunizar a contextualização curricular, entendemos que essa contextualização curricular se refere a associação da teoria e

prática, no sentido de que o estagiário poderá fazer essa integração no ambiente de atuação da sua profissão, ou seja, tudo que ele aprendeu em seu currículo acadêmico poderá ser colocado em prática no próprio ambiente de atuação, havendo assim a contextualização.

Ainda nesse capítulo, é estabelecido que o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme o estabelecido no PPC. O estágio obrigatório é aquele estabelecido por lei que faz parte obrigatória da grade curricular, tornando um dos requisitos para a aprovação do estudante, já o estágio não-obrigatório é aquele que é desenvolvido como uma atividade opcional, a lei estabelece que nenhum desses dois tipos de estágios criam vínculo empregatício de qualquer natureza, e para assegurar tanto o educando e a sua instituição de ensino, como a parte concedente do estágio é estabelecido que haja a celebração de termo de compromisso entre as partes envolvidas.

No inciso três do art. 3, da referida lei, define que “o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente” (BRASIL, 2008, *on-line*), sendo isso comprovado por vistos nos relatórios periódicos que o estagiário deve entregar ao orientador, os mesmos são parte indispensável para adquirir a aprovação final. Ainda nesse inciso, podemos ver um avanço e superação de situações que leis anteriores sujeitavam o estagiário, no sentido de que era mais beneficiado o concedente de estágio do que o estagiário, a lei estabelece que “o descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária”, desse modo podemos notar um maior equilíbrio de igualdade entre a parte concedente do estágio e o estagiário.

E por fim, nesse capítulo, é concedido às instituições de ensino e as partes cedentes de estágio o poder de, ao seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos ou privados, os mesmos atuarão como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, identificando oportunidades de estágio, fazendo o acompanhamento administrativo, e também negociando o seguro contra acidentes pessoais.

O capítulo dois, da mencionada lei, versa sobre as obrigações das instituições de ensino, reforçando que é indispensável à celebração do termo de compromisso, como também institui que é obrigação da instituição de ensino avaliar as instalações da parte concedente de estágio para assegurar que é um ambiente adequado à formação cultural e profissional do estagiário, fica estabelecido que para acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário se faz necessário que a instituição de ensino indique um professor da área a ser desenvolvida no estágio para ser orientador, e como forma de avaliação e comprovação que o estagiário está cumprindo devidamente o estágio, a instituição deve exigir dele a apresentação periódica de relatórios de atividades. Nesse capítulo também é estabelecido que a instituição deve “elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos” (BRASIL, 2008, *online*).

Já o capítulo três, se refere às obrigações da parte concedente de estágio, reforçando a indispensável celebração do termo de compromisso, zelando pelo cumprimento do que está estabelecido no mesmo. Estabelece também que as instituições devem oferecer instalações aos estagiários que tenham condições de propiciar atividades de aprendizagem social, profissional e também cultural, além de indicar um dos seus funcionários que tenha formação ou experiência na área que o estagiário vai atuar, a fim de orientá-lo e supervisioná-lo.

O quarto capítulo fala sobre o estagiário e especifica a jornada de atividades do mesmo, no caso do estágio supervisionado do ensino superior, que é o nosso foco, impõe-se que as atividades de estágio sejam de no máximo seis horas diárias e trinta horas semanais, devendo ser compatível com as atividades escolares, determina também que a duração do estágio na mesma empresa não pode passar de dois anos, com exceção de estagiários portadores de deficiência.

Ainda nesse capítulo, fica estabelecido que “o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório”, mas a concessão de benefícios não caracteriza vínculo empregatício. Além disso, se o estágio tiver duração igual ou superior de um ano, fica assegurado ao estagiário um período de recesso de trinta dias, a ser gozado preferencialmente

durante suas férias escolares. Um último ponto interessante que está no capítulo quatro, é a determinação de que “aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio” (BRASIL, 2008, *on-line*), a nosso ver esse é um dos avanços dessa lei, pois assegura ao estagiário um aparato legal caso haja algum acidente no ambiente de estágio.

O capítulo cinco dispõe sobre a fiscalização, estabelecendo que se a parte concedente de estágio mantiver um estagiário em desconformidade com a referida lei, caracteriza-se vínculo empregatício, sendo a parte concedente de estágio obrigada a cumprir com o que a legislação trabalhista e a previdenciária impõem.

E finalmente, o sexto e último capítulo da Lei 11.788/2008 dá algumas disposições gerais e altera a redação do art. 428 da CLT e do art. 82 da Lei 9.394/96, criando pontos de concordância de acordo com o que se estabelece na Lei 11.788/2008.

De modo geral, na referida lei, podemos ver que houve grandes avanços, garantindo os direitos dos estagiários, como também da parte concedente do estágio, fixou tanto novas regras para o contrato de estágio, como também novos deveres e direitos ao estagiário. Como já apresentado, ela estabelece sobre as férias e recesso para os estagiários consoante com a duração do estágio, estabelecendo também o número de horas de trabalho diárias, conforme a modalidade e o nível de ensino, além de fixar o prazo máximo de dois anos de estágio, quando feito em uma mesma parte concedente, não cabendo essa norma quando se trata de estagiário portador de deficiência.

Podemos perceber também que essa lei busca superar a situação que as leis anteriores sujeitavam o estagiário, no sentido de que era mais beneficiado o concedente de estágio do que o estagiário, não visando de fato o crescimento de conhecimento desse. Dessa maneira, essa lei coloca em evidência a necessidade de atentar-se no interesse pedagógico da escola, inserindo assim o estágio como componente curricular.

Outro documento importante a ser citado aqui é a Resolução CNE nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior – dos cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e

cursos de segunda licenciatura – e para a formação continuada. Esse Parecer foi elaborado considerando a Resolução nº 1/2002 que, conforme já expomos, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, além de observar preceitos e considerar outros documentos legais.

Na Resolução CNE nº 2/2015, dentre outros fundamentos, ela considera:

a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015, p. 2).

Por isso, a mesma resolve que um dos princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica é “[...] a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2015, p. 4).

Ainda sobre essa Resolução, podemos ver muitas especificações e diretrizes a respeito da formação docente, no qual podemos perceber a relevância dada à prática docente na formação inicial. Nela é instituído que nos cursos de formação inicial se deve constituir alguns núcleos, e um deles é o núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, esse compreende a participação do aluno em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos (BRASIL, 2015, p. 10).

Esse núcleo abrange diversas formas de práticas que o licenciando pode executar para aperfeiçoar e aprender mais quanto a sua área de estudo, podendo assim o aluno adquirir mais experiências em seu currículo profissional. Seguindo esse pensamento, a supracitada resolução estabelece, sobre a estrutura e o currículo dos cursos de licenciatura, que deverão ter no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, sendo 400 (quatrocentas) horas dessas destinada à “prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo” (BRASIL, 2015, p. 11) e mais “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao Estágio Supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica” (BRASIL, 2015, p. 11).

Ainda sobre os cursos de licenciatura, no 3º inciso do art. 13 é reforçado que deverá ser garantido ao licenciando ao longo do curso a “efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência” (BRASIL, 2015, p. 11). Podemos ver nessa Resolução que ao mesmo tempo em que é apresentada a prática diferenciada do Estágio Supervisionado, no sentido de prática como componente curricular, conforme exposto acima, também é feita uma relação do Estágio Supervisionado com a prática quando é instituído que “o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (BRASIL, 2015, p. 11).

Consideramos válido discorrermos um pouco a respeito do Programa de Residência Pedagógica, que foi estabelecido a partir da Portaria nº 38/2018, elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o mesmo foi instituído com o propósito de apoiar Instituições de Ensino Superior na implementação de projetos inovadores que fomentem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, desse modo, o público alvo são alunos licenciandos com matrícula ativa tanto da modalidade presencial, como no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), além disso, é preciso que o licenciando tenha cursado no mínimo 50% do curso ou que esteja cursando a partir do 5º período, em Instituições de Ensino Superior públicas, ou privadas sem fins

lucrativos. Esse projeto deve ser conduzido em parceria com as redes públicas de educação básica, ou seja, o local de atuação do Programa de Residência Pedagógica só pode ser em escolas públicas, alguns objetivos desse Programa são:

I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente [...] II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e aquelas que receberão os egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores [...]. (BRASIL, 2018a, p. 1).

Conforme o objetivo II, podemos inferir que basicamente o Programa de Residência Pedagógica será um “teste” para reformularem o estágio supervisionado. Podemos ver que se trata de modificações a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sofrendo esse novo Programa várias alterações na busca de se afastar do modelo de estágio tradicional para assim assumir o formato de Residência Pedagógica.

Segundo consta na Portaria Capes nº 175/2018, são atribuições do residente do Programa:

a) elaborar seu plano de atividades em conjunto com docente orientador e o preceptor; b) cumprir a carga horária mínima 440 (quatrocentos e quarenta) horas de residência estabelecido nesta Portaria; c) desenvolver as ações do plano de atividades com assiduidade e de forma acadêmica, profissional e ética; d) elaborar e entregar os relatórios previstos no prazo estabelecido no plano de atividade; e) participar das atividades de acompanhamento e avaliação do programa definidas pela Capes ou pela IES; f) comunicar qualquer irregularidade no andamento da residência ao seu docente orientador ou a coordenação institucional do Projeto na IES e à Capes. (BRASIL, 2018b, s.n).

Desse modo, vemos que as atribuições que devem ser desenvolvidas pelo residente são parecidas com as atividades que devem ser desenvolvidas no Estágio Supervisionado, como por exemplo, o plano de atividades, sendo no Estágio Supervisionado a elaboração do planejamento didático, outro ponto parecido é a

construção e entrega de relatório que também é obrigatório no Estágio Supervisionado, por não ser especificados como devem ser esses relatórios do Programa Residência Pedagógica, não tem como fazermos uma comparação entre eles.

O que podemos afirmar é que para a construção do relatório final exigido no Estágio Supervisionado existem especificações e orientações feitas pelo coordenador de estágio nas aulas de seminário de orientação de estágio, sendo esse relatório a junção dos quatro relatórios que foram desenvolvidos pelo estagiário no final de cada etapa do estágio, contendo no mesmo informações tanto das observações realizadas nas etapas 1 e 2, como relatos e informações das atividades desenvolvidas nas etapas 3 e 4 da regência.

Quanto ao relatório de estágio, é válido expor que para Bianchi *et al* (2003) nele se registram os resultados do que foi planejado e as ações vivenciadas na organização em que o aluno estagiou, isso com linguagem científica e dados estatísticos comprobatórios, tornando o mesmo um fator de contribuição para a qualidade do ensino universitário.

Ainda de acordo com a Portaria Capes nº 175/2018, podemos ver que o coordenador institucional do Programa deve “elaborar o projeto institucional e o plano de atividades dos alunos articulado com os normativos do estágio supervisionado da IES” (BRASIL, 2018b, s.n) e que o residente contará com o apoio de um docente orientador, sendo algumas das atribuições do orientador:

b) elaborar, desenvolver e acompanhar as atividades de orientação e preceptoria do subprojeto, inclusive articulando-se com outros docentes orientadores da IES e/ou das disciplinas de estágio curricular supervisionado, visando estabelecer uma rede institucional colaborativa para aperfeiçoar a formação prática nas licenciaturas; [...] d) visitar a escola campo, visando conhecer o contexto e o ambiente escolar, bem como sua equipe de gestão e o corpo docente, onde o residente irá exercer a residência pedagógica; e) orientar o residente, em conjunto com seu preceptor, na elaboração de seu Plano de atividades e na execução da prática pedagógica, zelando pelo cumprimento do Plano; [...] g) avaliar periodicamente o residente e emitir, em conjunto, com o preceptor, relatório de desempenho; h) acompanhar e homologar a frequência e assiduidade do residente e da preceptoria [...]. (BRASIL, 2018b, s.n).

Com isso vemos que o orientador avaliará periodicamente o residente e acompanhará a sua frequência. A fim de fazer a chamada pública para apresentação de propostas no âmbito desse Programa, a Capes lançou o edital nº 06/2018, no mesmo a Capes apresenta como requisito para a participação das IES, nesse Programa, o comprometimento “em reconhecer a residência pedagógica para efeito de cumprimento do estágio curricular supervisionado” (2018, p.3). A respeito do projeto institucional elaborado pelo coordenador institucional do Programa, estabelece que se deve ter a indicação de “como o projeto de residência auxiliará no aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado dos cursos de licenciatura da IES” (2018, p.8).

À vista disso, expomos estas informações a respeito desse Programa, para justificar o fato de termos poucos alunos atuando no Estágio Supervisionado nas licenciaturas aqui investigadas, pois muitos licenciandos optaram por reconhecer a atuação no Programa de Residência Pedagógica como cumprimento do estágio curricular supervisionado. E pelo fato do Programa de Residência Pedagógica ser uma proposição recente, não temos condições de dar um parecer quanto a sua eficácia em relação ao estágio supervisionado, sendo esse tema muito interessante para a realização de estudos posteriores.

Discutiremos agora sobre o que dizem os documentos institucionais do IFRN a respeito do Estágio Supervisionado. Quanto a esses documentos, podemos ver que a partir do Decreto Federal nº 87.497/82 fica determinado que as instituições de ensino estabeleçam sobre:

- a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica; b) carga-horária, duração e jornada de estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre letivo; c) condições imprescindíveis, para caracterização e definição dos campos de estágios curriculares [...]; d) sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio curricular. (BRASIL, 1982).

Com essa concessão as instituições dispõem de autonomia para criar suas próprias bases regulamentadoras sobre o estágio, a fim de se organizarem –

internamente - e manterem um padrão na instituição de ensino, levando em conta o que é determinado nas leis já estabelecidas.

O primeiro documento institucional que vamos abordar é o Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida instituição, nele encontramos que “a prática profissional deve ser concebida como um componente curricular obrigatório para os estudantes” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 81) seja nos cursos técnicos ou nos cursos de graduação. Essa prática é importante pelo fato de se tratar de “um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 81), desse modo, busca-se garantir, por meio da prática profissional, a articulação entre a teoria e a prática, a fim de proporcionar a contextualização e o diálogo entre os conhecimentos, devendo a prática estar presente no decorrer de todo o curso.

Ainda nesse documento, é definido o Estágio Supervisionado como prática educativa e também como atividade curricular intencionalmente planejada, integrada ao currículo do curso. Sobre os cursos de licenciatura, esse documento estabelece que a prática de Estágio Supervisionado deve ser realizada em observância às bases legais vigentes e às normas instituídas pelo IFRN, essas últimas preestabelecidas na Organização Didática da instituição e nos PPC.

Desse modo, quanto a Organização Didática do IFRN, aprovada pela Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21 de março de 2012, no que concerne a prática profissional, estabelece que a mesma se faça obrigatória aos estudantes, sejam eles dos cursos técnicos de nível médio ou superiores de graduação, sendo dessa maneira critério para o direito ao diploma de conclusão do curso. Isso por que segundo o documento:

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e interrelaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re)construção do conhecimento, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano. (INSTITUTO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b, p. 65).

Nesse sentido, esse documento estabelece que essa prática profissional seja efetuada conforme estabelecido no PPC e expõe no seu art. nº 282 as seguintes possibilidades de modalidades a serem seguidas, sendo elas articuladas ou não:

prática como componente curricular:

a) desenvolvimento de projetos integradores/técnicos (ou temáticos), de pesquisa ou de extensão, registrados por meio de relatório(s) técnico(s);

b) desenvolvimento de pesquisa acadêmico-científica e/ou tecnológica, registrada por meio de monografia, artigo científico ou pedido de proteção intelectual;

c) desenvolvimento de atividades de metodologia do ensino, registradas por meio de instrumentos específicos, previstos na disciplina vinculada;

estágio curricular (técnico ou docente, em função do curso), registrado por meio de produção de relatório(s) técnico(s); e/ou atividades acadêmico-científico-culturais, registradas por meio de comprovação de participação ou de produção acadêmica. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b, p. 65).

Assim, podemos ver que o estágio curricular é uma das modalidades de se realizar a prática profissional. Nesse sentido, no que se refere ao Estágio Supervisionado das licenciaturas, o documento considera o estágio docente como:

uma etapa educativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente; sobretudo, para proporcionar aos estudantes da licenciatura uma oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o ambiente escolar e suas relações e implicações pedagógico-administrativas, podendo investigar os aspectos subjacentes que compõem esse panorama e interferem em sua evolução. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b, p. 69).

Sendo assim, o IFRN estabeleceu na Organização Didática um perfil específico para o Estágio Supervisionado dos seus alunos licenciados, no qual o estágio docente é caracterizado como prática profissional obrigatória, por ser uma etapa educativa, necessária para consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos pelos alunos.

Nessa perspectiva, esse documento estabelece que o Estágio Supervisionado seja dividido em quatro etapas, computando 400 horas, as mesmas são subdivididas em 100 horas por semestre, iniciando nos quatro últimos períodos da licenciatura que o aluno está cursando, ou seja, a partir do quinto período do curso.

O IFRN/Cnat oferece quatro cursos de licenciatura, quais sejam: Espanhol, Matemática, Física e Geografia. Nos cursos de licenciatura do IFRN, o estágio docente cumpre o estabelecido do Art. 1º da Lei 9.394/1996 – LDB, pois é realizado sob a responsabilidade da coordenação de estágio e caracteriza-se como prática profissional obrigatória. Quanto aos PPC desses cursos, não especificaremos tudo o que os mesmos dispõem, mas queremos expor aqui, de maneira sucinta, alguns pontos quanto ao estágio curricular supervisionado, contidos nesses documentos.

Conforme já mencionado, a lei nº 11.788/2008 estabelece que o Estágio Supervisionado faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. Podemos ver nos PPC que eles são fundamentados nas leis que regem a educação.

Podemos notar também que os PPC divergem em alguns pontos por tratarem de cursos diferentes e pelo fato de que o PPC de Física não ter sido feito adequações como os PPC de Matemática e o de Espanhol, esses apresentam algumas visões diferentes quanto ao Estágio Supervisionado se comparado com o PPC de Física. São mais perceptíveis essas visões distintas nas redações quanto a importância e reconhecimento do Estágio Supervisionado como componente curricular, mas de modo geral, quanto a estrutura e seguimentos do estágio todos seguem as especificações da organização didática do IFRN.

Quanto ao Estágio Supervisionado os mesmos determinam que na sua realização, além da supervisão do orientador, é necessário também o acompanhamento de profissionais da instituição concedente do estágio, e que em cada etapa do estágio, o licenciando deverá entregar um relatório das atividades realizadas, estes comporão o relatório final, que deve ser entregue ao orientador, esse documento tem por finalidade comprovar que foi realizado o estágio pelo aluno, e servirá de base para o orientador avaliar o licenciado, podendo assim o orientador atribuir à devida nota ao aluno.

Em suma, nos PPC podemos encontrar detalhadamente as atividades gerais a serem desenvolvidas nos ES, no qual o aluno, em cada período, recebe instruções do coordenador de estágio em sala de aula de como deve prosseguir com essas atividades e também são acompanhado por profissionais das escolas campo de estágio. Em suma, o conjunto de atividades de formação é:

- a) Etapa I - caracterização e observação da escola + articulação dos referenciais teóricos + elaboração do relatório;
- b) Etapa II - caracterização e observação da sala de aula + articulação dos referenciais dos referenciais teóricos + elaboração do relatório;
- c) Etapa III - observação da sala de aula + planejamento e regência no ensino fundamental, prioritariamente + elaboração do relatório;
- d) Etapa IV - observação da sala de aula + planejamento e regência no ensino médio (propedêutico, integrado à educação profissional e/ou na modalidade EJA) + elaboração do relatório.

A partir de todas essas atividades o licenciando vai desenvolvendo progressivamente a atuação prática profissional do docente. Ainda, quanto aos PPC, o Estágio Supervisionado docente corresponde a um conjunto de atividades de formação, no qual o licenciando experimenta situações de efetivo exercício profissional. É concebido também como uma modalidade de prática, sendo um componente curricular, além disso, é visto como tempo de aprendizagem. Essa parte da formação do licenciando é considerada uma etapa educativa necessária para solidificar os conhecimentos da prática docente. É afirmado também nesses documentos que o Estágio Supervisionado proporciona aos licenciandos aprofundamento reflexivo-crítico quanto as suas práticas educativas, como também a respeito do ambiente escolar - campo de atuação do docente.

Diante do exposto, as contribuições legais para a construção da Identidade Profissional Docente por meio do estágio são perceptíveis, no sentido de que essas leis direcionam o estagiário a como proceder nesse período de aprendizagem em ação – Estágio Supervisionado. É notável que os documentos institucionais afinam e estabelecem com mais precisão como devem ocorrer as atividades no estágio, tudo isso corrobora para a construção da Identidade Profissional do licenciando ao proporcionar um processo de aprendizagem bem articulado, podendo assim o

estagiário ter melhor aproveitamento de práticas no estágio, gerando novos conhecimentos e experiências que contribuem nessa construção de identidade.

### **3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE: CONCEPÇÕES DOS LICENCIANDOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DO IFRN/CNAT**

Este capítulo trata da análise das falas dos sujeitos colaboradores dessa pesquisa, a partir delas elaboramos quadros sinóticos, esses divididos por categorias, a partir das perguntas dispostas nos questionários, neles constam a síntese da ideia ou concepção, em forma de palavras-chave, exposta pelos participantes e analisada por nós. Ainda nesse capítulo expomos e analisamos as experiências no estágio supervisionado mencionadas pelos investigados.

Desse modo, elaboramos sete categorias, estas estão distribuídas nos três subtópicos contidos No presente capítulo. O primeiro subtópico, intitulado “concepções dos alunos e professores/coordenadores de estágio docente nas licenciaturas IFRN/Cnat”, engloba cinco categorias, quais sejam: “concepção sobre estágio supervisionado”, “concepção de identidade profissional docente”, “contribuição do Estágio Supervisionado para a Identidade Profissional Docente do licenciando”, “o Estágio Supervisionado como componente curricular fundamental para a formação docente” e “contribuição do Estágio Supervisionado para a integração entre teoria e prática”. Já no segundo subtópico, que tem por título “práticas e experiências que contribuíram para a Identidade Profissional Docente do licenciando do IFRN/Cnat” compreende a sexta categoria “práticas no seminário de Estágio Supervisionado que contribuíram para a Identidade Profissional Docente do licenciando/ experiências no Estágio Supervisionado que contribuíram para a Identidade Profissional Docente do licenciando”. Por fim, no último subtópico, denominado “visões e sugestões dos alunos e professores/coordenadores de estágio docente nas licenciaturas IFRN/Cnat”, apresenta a sétima categoria: “sugestões de mudanças para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN”.

### 3.1 CONCEPÇÕES DOS ALUNOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DOCENTE NAS LICENCIATURAS IFRN/CNAT

Iniciamos nossa análise e discussão a partir do quadro de nº 3 que mostra os conceitos apresentados pelos professores/coordenadores e alunos a respeito do ES:

Quadro 3 - Síntese das concepções sobre Estágio Supervisionado.

<b>CATEGORIA 1 - CONCEPÇÃO SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ COMPONENTE CURRICULAR</li> <li>▪ VIABILIZA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</li> <li>▪ CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO SABER DOCENTE</li> </ul>	<b>AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OPORTUNIDADE DE PRÁTICA</li> <li>▪ OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO</li> <li>▪ RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA</li> </ul>
<b>PCF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</li> </ul>	<b>AF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OPORTUNIDADE DE PRÁTICA</li> <li>▪ RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA</li> <li>▪ TROCA DE EXPERIÊNCIAS</li> <li>▪ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</li> <li>▪ REFLEXÃO</li> </ul>
<b>PCM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ESPAÇO DE FORMAÇÃO</li> <li>▪ RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</li> <li>▪ REFLEXÃO E COMPREENÇÃO NA AÇÃO</li> </ul>	<b>AM1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OPORTUNIDADE DE PRÁTICA</li> <li>▪ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</li> <li>▪ INICIAÇÃO PROFISSIONAL</li> </ul>
		<b>AM2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ATIVIDADE PRÁTICA (DISTINÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA)</li> </ul>
		<b>AM3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ POSSIBILIDADE DE PRÁTICA (DISTINÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA)</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Quanto a essa temática, podemos ver exposto neste quadro, que na visão dos professores/coordenadores o Estágio Supervisionado é o espaço que proporciona ao licenciando ter uma experiência profissional, ou seja, através da prática profissional exercida no *lôcus* da atuação docente resultam as experiências profissionais práticas, possibilitando ao estagiário uma aproximação à realidade do

docente, nesse sentido, enxergamos a experiência profissional como Educação Profissional, pois na prática do estágio também existe educação, ou seja, existe aprendizado para o estagiário, continuando então a Educação Profissional do licenciando.

Além disso, percebemos que as concepções dos colaboradores PCE e do PCM são bem convergentes, pois PCE considera que o Estágio Supervisionado se trata de um componente curricular, quanto a isso, podemos ver uma síntese de Andrade e Resende sobre a evolução da concepção do que seria o estágio ao longo dos anos até ser reconhecido como um componente curricular:

[...] no campo da formação de professores, o estágio, nas primeiras escolas normais, estava inserido nas poucas disciplinas de formação pedagógica. A seguir, tornou-se um componente curricular mínimo, depois, a disciplina denominada “prática de ensino sob forma de estágio supervisionado”, e, por último, um dos momentos da prática, concebida como componente curricular (ANDRADE; RESENDE, 2010, p. 231).

Como observamos, o Estágio Supervisionado por muito tempo foi concebido como uma atividade extra dos cursos de formação docente, como um espaço destinado a prática fora do curso, no qual não era pensado teoria e prática como indissociáveis. Pimenta e Gonçalves (1990, p. 129) entendem que o estágio deve propiciar ao estagiário uma aproximação à realidade que ele irá atuar, desse modo, não se deve ter o estágio “[...] como ‘o polo prático’ do curso, mas como uma aproximação à prática, na medida em que será conseqüente à teoria estudada no curso, que por sua vez, deverá se constituir numa reflexão *sobre* e a *partir* da realidade da escola”.

Nessa vertente, PCM apresenta o Estágio Supervisionado também como um espaço de formação, no sentido de que também é no Estágio Supervisionado que acontece a continuação da formação do licenciando. A visão desse colaborador é distinta a concepção que se tinha do estágio no passado, no qual se considerava que o aluno adquiria sua formação teórica durante o curso e no estágio ele iria apenas “praticar”, nessa visão, é como se o licenciando já tivesse aprendido “tudo” e que o Estágio Supervisionado não possibilitasse uma continuação das aprendizagens.

Ainda expondo as convergências desses dois investigados, PCE acrescenta que o componente curricular Estágio Supervisionado “possibilita ao licenciando viver a escola, lugar privilegiado para a construção e reconstrução do saber docente”, essa visão de construção e reconstrução é compartilhada por PCM, pois o mesmo considera que nesse momento “o aluno pode compreender os processos educacionais na ação, de refletir e resignificar [sic] práticas educativas”, quanto a isso Andrade e Resende acreditam que:

Na formação do professor, o aluno deveria se aproximar da realidade da sala de aula e da escola para que, a partir das observações realizadas e das vivências nesse contexto, fosse possível fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica que aí se efetiva. Essa reflexão proporcionaria a (re)construção de conhecimentos e de saberes essenciais a sua formação (ANDRADE; RESENDE, 2010, p. 232).

Nesse sentido, entendemos que o processo do Estágio Supervisionado oportuniza ao licenciando viver a prática em conjunto com a teoria e fazer reflexões e reconstruções a partir delas, o que ocasiona uma contribuição para o desenvolvimento da construção da Identidade Profissional Docente desse licenciando.

Quanto à concepção dos alunos a respeito do ES, podemos ver que em sua maioria os pensamentos deles convergem muito, entendem o Estágio Supervisionado como oportunidade de prática, no sentido de fazer a relação entre teoria e prática. Os colaboradores AM2 e AM3 manifestam uma ideia divergente dos demais, apresentando o Estágio Supervisionado como uma “atividade prática” que possibilita ao aluno ficar “frente a frente com as teorias pedagógicas vistas no decorrer do curso” (AM2) e como possibilidade de prática, propiciando a licenciando “colocar em prática o que foi aprendido na teoria em sala de aula” (AM3), fazendo a distinção entre teoria e prática. Nisto, entendemos que essa visão é um tanto reducionista, pois acreditamos que no Estágio Supervisionado não oportuniza apenas um espaço para colocar em prática o que foi visto durante o curso, pois nesse momento é possibilitado também ao licenciando adquirir novos conhecimentos, refletir sobre suas ações e, caso precise, reorganizar as suas práticas e concepções.

Nessa vertente de ação/reflexão, percebemos nas falas dos colaboradores AE e AF que no Estágio Supervisionado é possível ao licenciando, através da ação prática, realizar reflexões tanto a respeito da integração entre teoria e prática, como também sobre o processo de ensino e aprendizagem dentro de sala de aula como docente. Ainda para AF o Estágio Supervisionado se trata de troca de experiências, as quais são importantes pelo fato de que é possível ao estagiário visualizar e vivenciar “as dificuldades encontradas na profissão de educador” e a partir disso “realizar reflexões”.

A esse respeito, Andrade e Resende apontam que:

O estágio curricular obrigatório é um componente fundamental no processo formativo, que oportuniza ao estudante o exercício da atividade profissional na realidade em que vai atuar. Deve possibilitar aos estudantes a realização de uma atividade teórico-prática, crítico-reflexiva, respaldada pelo referencial teórico e pelo conhecimento de uma realidade de atuação, devendo articular ensino, pesquisa e extensão (ANDRADE; RESENDE, 2010, p. 232).

Sendo assim, para essas autoras, o Estágio Supervisionado faz parte do processo formativo do licenciando, o mesmo engloba vivenciar a prática profissional no próprio ambiente docente, realizando a inter-relação teórico-prática do que foi desenvolvido no curso, agregando novos saberes práticos, sendo assim possível ao licenciando desenvolver a ação crítico-reflexivo desse processo a partir de suas novas experiências e dos conhecimentos já adquiridos.

Ainda para elas, o licenciando deve articular, nesse processo, o ensino, a pesquisa e a extensão, o que acreditamos ser importante à articulação desses três eixos na formação do licenciando e dentro do ES, visto que, o ensino trata-se de atividades, tanto em sala de aula, como fora dela, que promovem o aprendizado aos alunos; no caso da pesquisa, basicamente, se trata de ações de investigações a respeito de uma problemática, essa ação de pesquisar e se apropriar de novos saberes, tanto beneficia ao pesquisador, como também o desenvolvimento institucional das escolas em que este se insere, assim como para indivíduos e a comunidade que está ligada ao tema da pesquisa.

Quanto a isso, temos que o espaço do Estágio Supervisionado é *lócus* e sujeito de pesquisa, pois será possível nesse momento o licenciando observar,

intervir com a ação prática, refletir e analisar, com efeito, isso tudo é produção de conhecimento. O professor quando é pesquisador, reflexivo, investigador incita os seus alunos a irem no mesmo caminho, isso é confirmado na seguinte fala de Alarcão:

Os futuros professores aprendem a investigar com os investigadores. A vivência em comunidades de aprendizagem marcadas pelo espírito de investigação constitui ambientes favoráveis ao desenvolvimento do espírito de pesquisa, componente transversal numa formação de nível superior (ALARCÃO, 1996, p. 12).

Esse texto discute sobre o professor-investigador, para a autora a pesquisa é um componente que deve ser desenvolvido na formação de nível superior. Nessa vertente, buscamos o conceito de pesquisa segundo o PPP do IFRN, o mesmo apresenta que “a pesquisa é uma atividade que tenciona contribuir para a produção do conhecimento em todas as suas dimensões. Por isso, é tão importante entendê-la como princípio educativo”, a respeito da relevância e de sua serventia, diz-se que:

fazer pesquisa é potencializar um conjunto de procedimentos articulados que instiga a compreensão, a produção, a renovação e a evolução do conhecimento. Nos moldes da ciência, a pesquisa favorecerá, entre outros aspectos, a produção do conhecimento, as novas construções teóricas (de relevância social e cultural), o crescimento pessoal e profissional, o avanço tecnológico, o desenvolvimento local e o regional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 184).

Com isso, reforçamos que a pesquisa não deve ser só do pesquisador, mas é importante que ela seja difundida para a sociedade, a fim de possibilitar reflexão, mudanças e inovações, sendo possível essa propagação de conhecimento no Estágio Supervisionado através dos relatórios realizados durante as etapas do estágio. Reforçamos também que a pesquisa possibilita formar professores com potencialidade crítica de refletir e investigar a respeito de sua prática profissional.

Já a respeito da Extensão no Estágio Supervisionado entendemos que promovê-la é criar uma comunicação da universidade com a comunidade, através de ações que proporcione trocas de conhecimentos entre as mesmas, ou seja, compreendemos que ela é uma prática acadêmica que interliga o IES com as

demandas da sociedade, a Extensão articulada ao Estágio Supervisionado proporciona aos estudantes a vivência de novas práticas. Podemos ver abaixo o conceito de Extensão segundo o documento institucional PPP:

Mesmo descontextualizada, a palavra extensão remete a prolongamento. Quando indexada à tríade das dimensões acadêmicas, significa expandir, ou seja, ultrapassar os limites dos muros institucionais em dois sentidos – de dentro para fora e de fora para dentro, em um movimento de ida e vinda de saberes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 189).

A partir dessa explanação do que seja Ensino, pesquisa e Extensão, vemos o quanto é importante ter esses eixos dentro das instituições de ensino, e não só ter, mas fazer a articulação das mesmas, desse modo, reforçamos que o processo de Estágio Supervisionado se trata de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ainda analisando as concepções dos alunos investigados, percebemos um ponto convergente nas falas de AF e AM1, apresentam também o Estágio Supervisionado como experiência profissional, no sentido de que oportuniza “[...] ter adaptação com uma sala de aula” (AM1).

Agora fazendo uma análise geral dos professores/coordenadores e dos alunos, podemos notar que em sua maioria, o Estágio Supervisionado é visto como uma oportunidade de prática, de fazer relação entre teoria e prática, e que também é experiência profissional. Podemos perceber também a ausência nas falas dos alunos a percepção do Estágio Supervisionado como componente curricular.

Outra convergência que encontramos dos sujeitos investigados é a respeito da “construção e reconstrução do saber docente” (PCE) e da possibilidade de “compreender os processos educacionais na ação, de refletir e resignificar [sic] práticas educativas” (PCM), essa visão de que o Estágio Supervisionado trata também de reflexão e (re)construção dos saberes docentes é encontrada nas falas de AE e de AF. Para este, a partir da vivência no Estágio Supervisionado é possível “realizar reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto às relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar” e para o colaborador AE no Estágio Supervisionado é possível a observação das “situações que surgem no decorrer das aulas”, fazendo a partir delas reflexões sobre a prática e a teoria.

Quanto à concepção de Identidade Profissional Docente, apresentada pelos interrogados, expostas no quadro de nº 4:

Quadro 4 - Síntese das concepções sobre Identidade Profissional Docente.

<b>CATEGORIA 2 - CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CARACTERÍSTICAS</li> <li>▪ TORNA O PROFISSIONAL SINGULAR</li> <li>▪ É MUTÁVEL</li> <li>▪ ALICERÇADA NAS EXPERIÊNCIAS DE TODA A CARREIRA PROFISSIONAL</li> </ul>	<b>AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CARACTERÍSTICAS PECULIARES</li> <li>▪ IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS</li> <li>▪ SEMPRE EM DESENVOLVIMENTO</li> </ul>
<b>PCF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CARACTERÍSTICAS</li> <li>▪ CONHECER O ÔNUS E BÔNUS DA PROFISSÃO</li> </ul>	<b>AF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CARACTERÍSTICAS PECULIARES</li> </ul>
<b>PCM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MANEIRA DE CONHECER E RECONHECER-SE/IDENTIFICAR-SE</li> <li>▪ PERTENCIMENTO À PROFISSÃO</li> </ul>	<b>AM1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CARACTERÍSTICAS PECULARES</li> </ul>
		<b>AM2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SE VER COMO EDUCADOR</li> </ul>
		<b>AM3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONVICÇÃO DE QUERER SER PROFESSOR</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Vemos que as concepções de Identidade Profissional Docente expostas pelos professores/coordenadores apresentam um ponto convergente, que é a visão de características, desse modo, eles entendem a Identidade Profissional Docente como características profissionais próprias de cada docente.

Cada professor/coordenador apresentou também aspectos diferentes da Identidade Profissional Docente segundo os seus pontos de vista. Para PCE, além da Identidade Profissional Docente tornar o professor singular, ela é mutável, pois é “construída e reconstruída ao longo da vida profissional”, para este colaborador essa ação de (re)construção tem por “alicerce o conhecimento adquirido nos cursos de formação inicial e continuada”. Consoante Pimenta (2012a, p. 19), “a identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado”, desse modo, entendemos que a Identidade Profissional Docente não é algo pronto que possa ser adquirido, nem se tem uma receita que possa ser seguida para realizar a construção da mesma. Compreendemos que ela passa por mudanças ao longo da ação profissional do

docente, essas modificações estão associadas tanto as experiências, como também ao que está em torno dele, no sentido de que o contexto e o momento histórico podem influir no processo da construção da identidade.

Já para o investigado PCF, além do profissional docente ter suas próprias características, ele deve ter “conhecimento do ônus e do bônus que a profissão oferece”, ou seja, é preciso estar ciente da responsabilidade da profissão, mas também saber dos benefícios que ela oferece. Quanto à concepção de PCM, ele diz que “a identidade profissional seria uma forma de se conhecer e reconhecer-se dentro da profissão” e acrescenta que essa identificação “consiste em sentir-se parte, afiado a profissão e suas práticas”, entendemos que na visão deste colaborador a Identidade Profissional Docente compõe-se também do sentir-se docente.

Nessa perspectiva, quanto à construção da identidade Pimenta (2012a) assegura que ela vai se modificando, e que a profissão de professor vai se transformando adquirindo novas características para responder a novas demandas da sociedade, “essas considerações apontam para o caráter dinâmico da profissão docente como prática social. É na leitura crítica da profissão diante das necessidades das realidades sociais que se buscam os referenciais para modificá-la” (p. 19), conforme essas exigências da sociedade o docente muitas vezes tem que definir nova identidade profissional, nesse sentido,

uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; [...] constrói-se também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. (PIMENTA, 2012a, p. 20).

Desse modo, podemos compreender que a construção da identidade, se dá a partir das experiências, do contexto que o docente atua e habita, assim como o significado que ele dá a sua profissão de docente. Esse pensamento é compartilhado por Seco (2014), para a autora as mudanças sociais constantes afetam significativamente a construção da identidade docente, visto que as

mudanças transformaram a visão que se tinha no passado quanto ao trabalho dos professores.

Partindo para a análise das concepções apresentadas pelos alunos investigados, podemos perceber que para a grande maioria deles a Identidade Profissional Docente se trata de características peculiares, o investigado AE acrescenta que essas peculiaridades se dão a partir das experiências vivenciadas, ele entende que a Identidade Profissional Docente “vai sendo adquirida desde o estágio”, e que não é algo estático, imutável, “mas que vai se desenvolvendo com o tempo”. Discordamos em parte dessa afirmação, no sentido de que entendemos que a Identidade Profissional Docente não começa a se formar no estágio ou a partir dele, conforme já expomos, acreditamos que ela vem sendo formada e (re)formada, construída e (re)construída ao longo de toda a formação docente, sendo ela inicial ou continuada, e também ao longo da atuação profissional docente.

Quanto a Identidade Profissional Docente como características peculiares, Seco afirma que:

[...] os docentes têm ao longo de sua trajetória profissional um conjunto de características próprias que os definem, isso é conhecido como "identidade". Esta não surge automaticamente, mas vai se construindo através de um processo complexo, dinâmico e sustentado no tempo, ou seja, é constrói desde o início se prolongando durante toda a sua trajetória profissional. (SECO, 2014, tradução nossa).<sup>4</sup>

Desse modo, podemos entender que identidade é “características” e que cada profissional tem as suas, tornando-o único, essa identidade profissional não nasce e nem surge no indivíduo, pois vai sendo construída e reconstruída num processo dinâmico ao longo do tempo.

Ainda, os colaboradores AM2 e AM3 apresentam um ponto convergente, para este a Identidade Profissional Docente “é ter a certeza que quer ser professor” e para AM2 é “se ver como educador”. O colaborador AM2 acrescenta que o educador é “um agente de transformação do conhecimento de alguém”.

---

<sup>4</sup> [...] los docentes tienen a lo largo de su trayectoria profesional un conjunto de rasgos propios que los definen, es lo que se conoce como “identidad”. Esta, no surge de manera automática, sino que se va construyendo a través de un proceso complejo, dinámico y sostenido en el tiempo, es decir, se construye desde el inicio se prolonga durante toda su trayectoria profesional. (SECO, 2014, *on-line*).

A respeito da identidade docente na perspectiva de sentir-se e reconhecer-se como docente, Seco, diz que a identidade profissional do docente se refere:

[...] a maneira em que os docentes vivenciam subjetivamente o seu trabalho e quais são os aspectos que os satisfazem e os que não satisfazem. Isso faz parte de sua identidade social e é concebido como a "definição de si mesmo" que faz o docente sobre o desempenho de sua atividade profissional, o que lhe **permite reconhecer-se e ser reconhecido** em uma relação de identificação e diferenciação em relação a outros professores. (SECO, 2014, tradução nossa).<sup>5</sup>

A autora afirma que o ato de reconhecer-se e ser reconhecido como docente diferencia um indivíduo de outro, ou seja, um professor de outro professor, no sentido de que isso faz parte da característica desse docente.

Concernente à afirmação de AM2 a respeito de o docente ser um agente de transformação do conhecimento de alguém, Soldão (2017, *on-line*) afirma que “[...] o professor tem a função de mediador, um incentivador do aluno, na busca de novos sentidos para a aprendizagem, com a postura de quem também aprende sem deixar de exercer seu papel de agente de transformação na sociedade”.

Em uma análise geral dos professores/coordenadores e dos alunos, podemos notar que para a maior parte deles Identidade Profissional Docente é “características”, sendo mais frisado pelos alunos como “características marcantes e peculiares do perfil de cada docente” (AF). Notamos também que existem dois pontos convergentes entre os investigados PCE e AE. Para este a Identidade Profissional Docente “não é algo estático, que não muda”, pois está sempre em desenvolvimento, nesse mesmo sentido para PCE ela é mutável, “construída e reconstruída”. Ainda para esses investigados a Identidade Profissional Docente está alicerçada nas experiências.

Ainda nessa análise entre os professores/coordenadores e alunos identificamos mais um ponto convergente entre alguns deles. O

---

<sup>5</sup>[...] la manera en que los docentes viven subjetivamente su trabajo y cuales son aquellos aspectos que los satisfacen y aquellos que no. Esta forma parte de su identidad social y se concibe como la “definición de sí mismo” que hace el docente sobre el desempeño de su actividad profesional, lo que le **permite reconocerse y ser reconocido** [sic] en una relación de identificación y de diferenciación con respecto a los demás docentes. (SECO, 2014, *on-line*).

professor/coordenador PCM diz que “a identidade profissional seria uma forma de se conhecer e reconhecer-se dentro da profissão”, de semelhante modo, AM2 e AM3 expõem que “é o ato de se ver como educador” (AM2) e ter a convicção de querer ser professor.

Em relação às contribuições do Estágio Supervisionado para a Identidade Profissional Docente, podemos ver no quadro 5 as seguintes sínteses:

Quadro 5 - Síntese das contribuições do Estágio Supervisionado para a construção da Identidade profissional do licenciando.

<b>CATEGORIA 3 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FORNECE EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO</li> <li>▪ CONTRIBUI A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>	<b>AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS</li> <li>▪ PELOS RETORNOS RECEBIDOS DO PROFESSOR ORIENTADOR</li> </ul>
<b>PCF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PROPORCIONA UMA CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE</li> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>	<b>AF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>
<b>PCM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>	<b>AM1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DA PRÁTICA</li> </ul>
		<b>AM2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>
		<b>AM3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTRIBUI ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Na percepção de todos os professores/coordenadores o Estágio Supervisionado contribui para a Identidade Profissional Docente do licenciando, os mesmos apresentam convergências nas suas falas, pois todos atestam que essa contribuição vem através das experiências vivenciadas no ES. O colaborador PCF acrescenta que o “a contribuição do estágio para a identidade profissional é muito importante, mas é parcial”, compreendemos que para ele não é só o Estágio Supervisionado que contribui para a Identidade Profissional Docente, porém esse colaborador não expressa qual(is) seja(m) esse(s) outro(s) elemento(s) que contribui(em) para a Identidade Profissional Docente.

Nesse sentido de o Estágio Supervisionado contribuir para a Identidade Profissional Docente a partir das experiências vivenciadas nele, podemos perceber que as falas dos colaboradores se aproximam muito ao que Pimenta e Lima (2012, p. 67) afirmam, as mesmas dizem que “o curso, o estágio, as aprendizagens das demais disciplinas e experiências e vivências dentro e fora da universidade ajudam a construir a identidade docente”, as autoras acrescentam que “o estágio, ao promover a presença do aluno estagiário no cotidiano da escola, abre espaço para a realidade e para a vida e o trabalho do professor na sociedade”. Ainda para Pimenta e Lima (2004) o estágio com suas experiências docentes com os alunos assumem um papel relevante na formação do professor e na construção de sua identidade.

Além dessa perspectiva de contribuições a partir das experiências no ES, o investigado PCM acrescenta que a identidade se forma com o tempo de profissão e que o estágio é apenas o início desse processo. Quanto a isso, acreditamos que o Estágio Supervisionado entra como colaborador na construção da Identidade Profissional Docente, mas que não é o “início” desse processo de construção, pois a Identidade Profissional Docente vem em processo desde o início da formação do docente.

Na visão do professor/coordenador PCE o Estágio Supervisionado ainda contribui fornecendo “embasamento teórico e metodológico. Sendo mais um componente que permite ao licenciando relacionar a teoria com a prática. O que garante a formação da identidade profissional permitindo ao professor agir nas mais diversas situações apresentadas no dia-dia escolar”, desse modo, podemos entender que as experiências proporcionadas ao licenciando através do Estágio Supervisionado contribuem para a formação da identidade profissional docente do mesmo.

Quanto à percepção dos alunos a respeito da contribuição que o Estágio Supervisionado traz para a Identidade Profissional Docente do licenciando, podemos perceber que o ponto convergente entre a maioria deles é a percepção de que a contribuição vem a partir das experiências. Somente o investigado AM1 pensa diferente sobre essa perspectiva, o mesmo acredita que o Estágio Supervisionado contribui para a Identidade Profissional Docente através da prática, pois a mesma “ajuda [...] para a formação da identidade profissional”.

Para o colaborador AE, além do Estágio Supervisionado contribuir, através das experiências, para a Identidade Profissional Docente, ele acredita que essa contribuição vem desde a “preparação das aulas à sua aplicação”, assim, podemos perceber que esse colaborador atribui importância a todos os processos do ES, o que também concordamos. Ainda, na visão desse investigado a contribuição vem também a partir dos retornos recebidos do professor que está orientando o seu estágio, ele diz que “o auxílio do professor [...] contribui no sentido de enxergar aquilo que preciso corrigir mas *[sic]* que posso adaptar a minha forma de trabalhar e pensar”, desse modo, podemos inferir que as orientações do professor para a atuação no Estágio Supervisionado provoca no licenciando a reflexão para mudanças, provocando novas práticas, e essa ação do licenciando refletir e tentar melhorar influencia na construção da sua Identidade Profissional Docente.

Nessa perspectiva de contribuições do professor para o seu aluno, queremos ressaltar a percepção de AF, que diz que “durante a vida escolar temos a sorte de vivenciar variados perfis de educadores que se torna *[sic]* exemplos positivos e negativos de identidade docente.”, entendemos que na visão desse colaborador, as características profissionais dos professores são exemplos a serem seguidos, ou não, pelos alunos, ou seja, o licenciando pode adotar certa característica que ele vê como “correta” para a sua Identidade Profissional Docente. A esse respeito, Pimenta e Lima dizem que:

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p.5).

Desse modo, podemos inferir que muitos alunos se vê adotando e utilizando metodologias “imitadas” de alguns professores, para as autoras, esse exercício de reprodução é normal, pois os alunos às vezes copiam e modificam e recriam ações

do professor, mas também deixam de lado metodologias dos seus professores que não são de acordo. E desse modo, o aluno – professor em formação - vai construindo suas experiências, montando suas estratégias e metodologias de ensino.

Ainda, AF acrescenta que no Estágio Supervisionado se consegue “visualizar a prática docente na perspectiva de um docente (fazer planejamento de aulas, entender as relações: professor x aluno, aluno x sociedade, professor x pais de alunos), e a partir dessa nova perspectiva conseguimos consolidar a identidade do futuro professor”, desse modo, podemos entender que em sua percepção a Identidade Profissional Docente vem sendo construída ao longo do curso, e no estágio se tem novos olhares quanto a prática docente, podendo assim consolidar a Identidade Profissional Docente. Discordamos em parte desse investigado, por acreditarmos, conforme já exposto, que a construção da Identidade Profissional Docente do professor em formação não é construída somente durante o curso e nem consolidada no ES, pois ela vai sendo construída e reconstruída ao longo da carreira do docente.

Nesse sentido, Dubar versa sobre os processos de socialização e a formação das identidades profissionais, para esse autor a socialização [...] não é apenas transmissão de valores, normas e regras, mas desenvolvimento de determinada representação do mundo. É um processo de identificação, de construção da identidade, ou seja, de pertencimento e de relação (DUBAR, 2005, p. 23). Desse modo, para o autor o ato de socializar é assumir o seu pertencimento a um grupo, assumindo suas atitudes e deixando ser guiado por sua conduta pessoal e profissional.

Ainda para Dubar (2005) os saberes profissionais de uma pessoa são determinados e construídos com referência a uma área especializada de atividade. Para ele a construção da identidade profissional do indivíduo está intimamente relacionada à socialização, esse processo de construção é constituído no momento em que os saberes, as práticas e os discursos profissionais, desencadeados no desempenho de uma ocupação, passam a moldar a identidade profissional da pessoa. A socialização, ou seja, a identificação é percebida por Dubar como uma iniciação na cultura profissional e uma modificação do indivíduo à uma nova

perspectiva de si e também do mundo, ele ressalta que esse processo não é linear e passivo, pois engloba a história, as perspectivas e também os planos profissionais de cada pessoa.

Para o autor os aparelhos de socialização primária, estes sendo a família e a escola, em particular, podem entrar em interação problemática com os aparelhos de socialização secundária, que são as organizações e profissões, e isso pode provocar crises de legitimidade. Dubar acrescenta que a dialética entre a identidade e a identidade profissional ocupa um lugar decisório na concepção do sujeito ativo e responsável no seu mundo social e nessa perspectiva não pode ser analisada fora do mundo organizacional e das instituições onde as competências e as configurações profissionais garantem o significado da sociedade e do trabalho. (Dubar 1997). Nesse sentido, ele apresenta muitos aspectos que influenciam na identidade profissional.

Nessa perspectiva Silva e Morigi (2008), afirmam que a identidade “total” do indivíduo é formada por muitas identidades, na qual uma das principais é a identidade profissional pelo fato de que é o modo como a pessoa é percebida pela sociedade em que vive. A atividade que o indivíduo desempenha, ou seja o papel ocupacional que ele exerce é o que o define ante a sociedade, os autores acrescentam que desse modo, a identidade profissional chega até a ser confundida com a identidade total do indivíduo.

De retorno as análises dos licenciandos, queremos destacar também a fala de AM3 sobre essa categoria, mas para entendermos claramente o que esse colaborador expressou sobre a contribuição do Estágio Supervisionado para a Identidade Profissional Docente do licenciando, é preciso recapitular o que o mesmo concebe por Identidade Profissional Docente, para ele “é ter a certeza de que quer ser professor”, entendemos que o mesmo apresenta a convicção como uma característica profissional do docente, nesse sentido, ao questionarmos de que maneira o Estágio Supervisionado contribui para a Identidade Profissional Docente, ele afirma que a contribuição vem através das experiências, pois segundo ele as mesmas ajudam bastante “a tomar a decisão de ser ou não professor, pois é no estágio que observa-se de perto o ônus e o bônus de ser professor” (AM3). Desse modo, podemos entender que na sua perspectiva a Identidade Profissional Docente

se trata de convicção de ser professor e o Estágio Supervisionado contribui para o licenciando ver se existe nele essa característica de convicção.

Em relação às visões dos professores/coordenadores e dos alunos, ao compararmos e analisarmos as mesmas, a única convergência existente na maioria dos discursos é a respeito do Estágio Supervisionado contribuir a partir das experiências. Quanto a divergências de pensamentos, podemos relacionar PCE que apresenta que o Estágio Supervisionado proporciona para a Identidade Profissional Docente embasamento teórico e metodológico e AM1 que caminha em sentido oposto, elevando a prática, dizendo que “nada pode se comparar com a prática”, entendemos que na visão deste a prática e a teoria não são uma unidade. Concernente a dissociação entre teoria e prática, Pimenta e Lima expõem que:

O reducionismo dos estágios às perspectivas da prática instrumental e do criticismo expõe os problemas na formação profissional docente. A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria *ou* prática). (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 41).

Essas autoras evidenciam a importância da integração entre teoria e prática, e expõem a necessidade de o aluno ter consciência disso.

No tocante a categoria sobre a percepção dos nossos colaboradores, formulamos o quadro (6) sinótico:

Quadro 6 - Concepções sobre Estágio Supervisionado como componente curricular fundamental na formação docente.

<b>CATEGORIA 4 - O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO COMPONENTE CURRICULAR FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE</b>	
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>	<b>ALUNO</b>
(PCM, PCE) Sim, totalmente (PCF) Sim, grande parte ( 0 ) Não	(AF, AM3) Sim, totalmente (AE, AM1, AM2) Sim, grande parte ( 0 ) Não

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Ao questionarmos aos professores/coordenadores se nas suas concepções o Estágio Supervisionado se constitui componente curricular de fundamental importância para a formação docente, identificamos convergência de pensamento para dois deles, PCM e PCE acreditam que o Estágio Supervisionado se constitui “totalmente” fundamental e não saindo muito da linha desse pensamento PCF considera que o Estágio Supervisionado é “sim” um componente curricular fundamental para a formação docente, mas sendo em “grande parte”.

Nesse sentido, conforme já mencionamos ao longo dos anos o Estágio Supervisionado foi tomando o espaço que lhe é devido, visto que no passado ele não era concebido nem como uma disciplina, estando fora da grade curricular, sendo visto como uma atividade extracurricular. Consideramos o Estágio Supervisionado como de fundamental importância para o currículo do licenciando, podemos ver por meio dos documentos institucionais (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a; 2012b) que o IFRN segue essa mesma linha de pensamento, quando concebem que o Estágio Supervisionado é uma etapa educativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente, sendo indispensável para a formação docente. Bom, em geral, podemos afirmar que os professores/coordenadores concebem o Estágio Supervisionado como componente curricular fundamental dentro da formação docente, mesmo que seja com intensidades diferentes, conforme exposto no quadro 6.

Quanto às respostas dos alunos licenciandos, podemos notar que AF e AM3 convergem no pensamento de que o Estágio Supervisionado é componente curricular “totalmente” fundamental para a formação docente, mas para a maioria dos licenciando (AE, AM1, AM2) ele é considerado fundamental em “grande parte”. Embasado no que vemos no quadro 6, podemos assegurar que todos os licenciandos investigados reconhecem a importância do Estágio Supervisionado para a formação docente, ainda que expressado isso com intensidades diferenciadas.

Em uma análise geral envolvendo tanto os professores/coordenadores, quanto os alunos, podemos ver que nessa categoria não houve nenhum que não concebesse como fundamental para a formação profissional do docente o

componente curricular ES, as respostas ficaram bem divididas em questão de nível de totalidade e de parcialidade dessa fundamental importância, mas todos reconhecem a relevância desse componente curricular no processo de formação docente.

Nesse prisma, na Resolução CNE nº 2/2015, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e segunda licenciatura, além da formação continuada, podemos ver que esta apresenta o estágio curricular supervisionado como um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas por entender que ele é importante para a formação docente.

Nessa linha de pensamento, Medeiros, Silva e Melo (2012, p. 12) destacam que “[...] a prática do Estágio Supervisionado é essencial para a formação docente”, as mesmas defendem que “uma prática de estágios com qualidade está relacionada à existência de uma maior integração na relação entre teoria e prática, o que demanda uma aproximação entre componentes curriculares de caráter teórico e os que têm uma natureza mais prática enquanto elementos que se complementam.”

E caminhando nesse sentido de integração entre teoria e prática podemos observar no quadro 7 uma síntese das respostas dos colaboradores:

Quadro 7 - Concepções quanto à contribuição do Estágio Supervisionado na integração entre os eixos teoria e prática.

<b>CATEGORIA 5 - CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA</b>	
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>	<b>ALUNO</b>
(PCM, PCE) Sim, totalmente (PCF) Sim, grande parte ( 0 ) Não	(AE, AF, AM3) Sim, totalmente (AM1, AM2) Sim, grande parte ( 0 ) Não

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Conforme exposto, as contribuições do Estágio Supervisionado para a integração entre teoria e prática é confirmada por todos os professores/coordenadores, sendo que na visão de PCM E PCE ele contribui “totalmente” para essa integração. Porém, na visão de PCF ele não contribui

totalmente, mas sim em “grande parte”. O que podemos observar é que para todos os professores/coordenador o Estágio Supervisionado coopera “sim” para que haja a união dos eixos teoria e prática dentro da formação do licenciando, ainda que na concepção deles existam distintos níveis de intensidade.

Já na perspectiva dos alunos, quanto a esse questionamento, três deles (AE, AF e AM3) acreditam que existe “totalmente” uma contribuição do Estágio Supervisionado para a unidade teoria e prática, mas os outros dois (AM1 e AM2) colaboradores discordam que seja “totalmente”, os mesmos dizem que contribui “em partes”. Podemos inferir para estes dois colaboradores o exercício da docência, em seus respectivos ES, não atingiram as suas expectativas, talvez por não conseguirem entender e fazer a associação teórica/prática, por isso a afirmação de que contribui em partes. Ainda assim, podemos afirmar que todos os licenciandos manifestam que o Estágio Supervisionado contribui para a integração desses eixos, sendo que uns atribuem maior peso de contribuição do que os outros.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que concebemos o Estágio Supervisionado como um dos espaços que proporciona a integração entre teoria e prática e compreendemos também que essa integração é importante na formação do docente, pois o licenciando não terá uma formação “integral” se não houver durante a sua formação a articulação desses eixos. Desse modo, o Estágio Supervisionado contribui sim para a integração entre teoria e prática, mas não é somente nele que essa integração é feita, ou pelo menos não deveria ser, se faz necessário a articulação da unidade teoria-prática em todo o curso, e não “sobrecarregar” o Estágio Supervisionado com essa responsabilidade, podendo assim prejudicar o aluno com a falta dessa articulação em outros momentos de sua formação.

Ainda, acreditamos que essas duas dimensões – teoria e prática – são interdependentes e indispensáveis para uma boa formação, por entendermos que não se aprende sem prática e que não há prática sem teoria. Nesse âmbito esclarece Pereira (1992, p. 75) que “a tentativa de compreensão da prática apenas como prática, isto é, como prática pura, divorciada da teoria, joga-nos em certo pragmatismo [...] e distorce este caráter de ação consciente e transformadora, impossibilitando-nos de passar da prática para a *práxis*.”

Quanto à integração entre teoria e prática no sentido de *práxis*, é válido conceituarmos o que é integração e sua relevância. Segundo o Dicionário *Online* de Português conceitua-se integração como “incorporação; ação de incorporar, de unir os elementos num só grupo”, ou seja, é a atividade de fazer a junção de partes. Com esse esclarecimento, entendemos integração como a ação de completar um todo com as partes necessárias, no caso integrar teoria e prática, sabendo que cada um tem a sua importância “individual”, mas que só são completas quando são integradas como um todo na composição de unidade.

Nesse seguimento, para que haja uma formação integral, de acordo com Garcia (2009, p. 129), é necessária “[...] uma escola que tenha identidade própria, onde os conhecimentos teóricos e práticos sejam elaborados na perspectiva da *práxis* [...]”. Assim, compreendemos que tanto a prática como a teoria têm a sua importância na formação docente. A esse respeito, para Pimenta e Lima (2012) a formação de professores carece tanto da prática, como da teoria, elas fazem parte da formação do profissional docente, não se deve atribuir mais valor a uma do que a outra, pelo fato de que as duas se completam como unidade. Então, a possível dicotomia entre teoria e prática resulta em um empobrecimento da formação docente.

Pimenta e Lima (2012), ainda, versam que é necessário que se tenha no currículo do curso a integração, ou seja, a interdisciplinaridade entre as disciplinas. É preciso que haja nexos entre as disciplinas e estas com a realidade do campo de atuação do futuro formando. Acrescentam que é preciso superar o pensamento de separação entre teoria e prática e se afastar da concepção de que somente o estágio é a parte prática do curso, a prática deve existir desde o início do curso até o final dele, em constante integração com a teoria.

Ao fazermos uma análise geral das respostas, tanto dos professores coordenadores, quanto dos alunos, percebemos que todos eles têm concepções convergentes quanto às contribuições que o Estágio Supervisionado traz na integração entre teoria e prática, não houve nenhum deles que negasse essa contribuição.

É válido também ressaltarmos o que seria a *práxis* nessa perspectiva. Saviani (2011), baseado em Sánchez Vázquez, entende esta como um conceito sintético

que articula a teoria e a prática, ou seja, para ele a práxis é vista como uma prática fundamentada teoricamente. Para o autor, enquanto a teoria desvinculada da prática é contemplação, a prática desvinculada da teoria é espontaneísmo, fica sendo o fazer pelo fazer, nesse sentido ele diz que:

Percebemos, então, que o que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a 'prática' sem teoria e o verbalismo é a 'teoria' sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar, o blá-blá-blá, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo. (SAVIANI, 2008, p. 128):

Desse modo, se pode perceber o quanto é importante que a prática e a teoria andem juntas, em unidade, sendo práxis. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado deve ser compreendido e tido como um dos espaços que oportuniza a efetivação do conhecimento e dos saberes necessários à prática docente, tendo aí o licenciando a oportunidade de vivenciar a unidade teoria-prática.

### 3.2 PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO DO IFRN/CNAT

Nesse tópico expomos e analisamos as falas dos colaboradores dessa pesquisa. Fizemos o seguinte questionamento aos professores/coordenadores: Na sua concepção, ao longo da sua atuação como coordenador, que práticas realizadas durante o seminário de Estágio Supervisionado contribuíram para a construção da identidade docente profissional dos licenciandos?

Já para os alunos colaboradores da pesquisa, indagamos: Ao longo do seu Estágio Supervisionado, que experiências teve que ajudaram na construção da sua identidade como professor (a) em formação? Qual (is)? E a partir desses questionamentos realizamos a síntese contida no quadro 8.

Quadro 8 – Relatos das práticas e experiências que contribuíram para a construção da Identidade Profissional do licenciando.

CATEGORIA 6	
PRÁTICAS NO SEMINÁRIO DE ESTÁGIO	EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO

SUPERVISIONADO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO		SUPERVISIONADO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO	
<b>PCE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TODAS AS PRÁTICAS CONTRIBUEM</li> <li>▪ SOCIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO É FUNDAMENTAL</li> </ul>	<b>AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ LIBERDADE DE ATUAR COMO DOCENTE</li> </ul>
<b>PCF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TODAS AS PRÁTICAS DE TODAS AS ETAPAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CONTRIBUEM</li> </ul>	<b>AF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ VIVÊNCIA COMO DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR</li> <li>▪ ORIENTAÇÕES DA PROFESSORA COLABORADORA</li> <li>▪ RELAÇÃO COM OS ALUNOS EM SALA DE AULA</li> </ul>
<b>PCM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ACOMPANHAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS</li> </ul>	<b>AM1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ PERCEPÇÃO DE QUE O APERFEIÇOAMENTO É CONSTANTE.</li> </ul>
		<b>AM2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CONTATO COM PROFESSORES</li> <li>▪ CONTATO COM ALUNOS</li> </ul>
		<b>AM3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ATUAR COMO PROFESSOR</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria em 2019.

Nessa categoria relacionamos o olhar do professor/coordenador quanto ao que suas práticas nos seminários de orientação de estágio contribuem para a Identidade Profissional Docente do licenciando, e as experiências que estes têm a respeito das contribuições que o estágio proporcionou em suas identidades profissionais. Nessa perspectiva vemos convergências nos relatos de PCE e PCF, no sentido de que todas as práticas contribuem para a construção da Identidade Profissional Docente do licenciando. Mas vale ressaltar que para o entrevistado PCF todas as etapas do Estágio Supervisionado “são práticas convencionais, mas que contribuem”.

Já para o investigado PCE “o trabalho colaborativo realizado nos seminários de orientação de estágio onde há a socialização de todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário no chão da escola é fundamental para a construção dessa identidade”, para esse colaborador essa atividade de socialização permite o compartilhamento das experiências de cada estagiário e isso “alicerça a construção

da identidade” e faz com que se perceba “que a prática pedagógica é uma atividade singular. Possui elementos que a diferencia de outras profissões” (PCE).

Nessa perspectiva das práticas no seminário de estágio, o investigado PCM traz um olhar semelhante ao de PCE, expondo que a maior contribuição dos seminários é o acompanhamento das experiências que o aluno está vivenciando. PCM acrescenta que “os seminários de orientação, infelizmente, devido a [sic] pequena carga horária, se torna muitas vezes espaço de revisão de conteúdos” e que pelo fato de muitos alunos não conseguirem realizar a integração entre teoria e prática, ele como coordenador de estágio deve ajudar o licenciando “no estabelecimento das relações teoria-prática”, vemos que para este colaborador a prática de acompanhamento das experiências é um dever seu, que deve ser realizado nos seminários de orientação, este se trata de “um espaço que os alunos tiram suas dúvidas, falam de suas experiências e nos ouve como um professor mais experiente nas resoluções de problemas” e por isso a importância de “orientá-los, conduzir nos acertos, corrigir os erros” pois essa prática “dá maior segurança” para o licenciando e “contribui para o sucesso do estágio”.

Nessa linha de pensamento, Bianchi *et al* (2003, p. 3) acreditam que o apoio dos professores, de todos os envolvidos nesse processo, é importante. Para eles “o incentivo aos estudantes para que realizem um trabalho em profundidade deve ser constante, a fim de que possam colher os frutos resultantes de sua atuação. O apoio dos professores, em todos [sic] passos do estágio, é de vital importância”. Ainda para esses autores (Bianchi *et al*, 2013, p. 7) “a orientação e principalmente a atuação dos professores que assistem aos alunos estagiários é o esteio para bons frutos”. Na formação do licenciando, o encerramento, de todo o processo de estágio, com “competência [...], será, também um incentivo que trará segurança para a sua atuação profissional”.

Concernente às experiências que contribuíram para a Identidade Profissional Docente apresentadas pelos alunos colaboradores, podemos ver nas falas da maioria deles um relato convergente, apresentam a atuação “como docente” como uma experiência que contribuiu para a sua Identidade Profissional Docente, no sentido de que vivenciar a realidade docente, experimentando as dificuldades e

responsabilidades dessa atuação, contribui para a formação de características profissionais.

É válido destacar o discurso de AE, este ressalta a “liberdade” na atuação como docente, no sentido de que por mais que se tenha professores orientando esse processo, é possível nessa prática ter a liberdade de elaborar e executar as suas práticas docente, quanto a isso Bianchi et al (2013) dizem que no estágio é plausível que os licenciandos “tenham mais independência do que nas demais disciplinas e habituem-se a observar e examinar o funcionamento das instituições”. Para o entrevistado AF uma das experiências mais marcantes durante o processo de Estágio Supervisionado foi a orientação da professora colaboradora, esse pensamento converge com o de AM2 que enfatiza o contato com os professores envolvidos no Estágio Supervisionado como importante para uma contribuição na Identidade Profissional Docente a partir desse processo. Nesse sentido, podemos inferir que para os licenciando estagiários é necessária tanto a “liberdade” de atuação, como também orientações de quem já tem mais experiências.

Ainda sobre a atuação do licenciando como docente no ES, Zabalza (2014) vai além, na sua percepção um “estágio rico” possibilita conhecimentos e melhorias para a parte profissional do indivíduo, assim como também para a sua melhora pessoal:

Um estágio rico é um estágio que oferece oportunidades não só de aprender coisas úteis para o futuro desempenho profissional dos estudantes, mas que possibilita melhorar como pessoa, preocupar-se com o contexto, conhecer-se melhor, poder experimentar essa preocupação por si mesmo (ZABALZA, 2014, p. 83).

Desse modo, entendemos que a experiência da atuação como docente, pode contribuir na vida do licenciando, enriquecendo tanto a área profissional como a pessoal.

A respeito dos demais alunos colaboradores, vemos também uma convergência de pensamento nas falas de AF e AM2, no sentido de que o contato com os alunos no Estágio Supervisionado possibilitou experiências, e estas contribuíram para a sua identidade profissional. A respeito desse contato entre aluno/aluno e aluno/professor Linhares *et al* (2014, p. 118) dizem que “[...] o espaço

da sala de aula é um lugar privilegiado, onde se encontram professores e alunos que participam de ambientes sociais diversificados que necessitam estabelecer uma convivência”. Nessa perspectiva Vasconcelos diz que:

[...] a sala de aula é o lugar em que há uma reunião de seres pensantes que compartilham ideias, trocam experiências, contam histórias, enfrentam desafios, rompem com o velho, buscam o novo, enfim, há pessoas que trazem e carregam consigo saberes cotidianos que foram internalizados durante sua trajetória de vida, saberes esses que precisam ser rompidos para dar lugar a novos saberes (VASCONCELLOS, 1993, p. 35).

Desse modo entendemos que esse contato com o aluno traz ao professor em formação novos conhecimentos e experiências. Entendemos que na sala de aula não aprende somente o educando, mas o educador também.

Concernente ao colaborador AM1, é válido ressaltar que o mesmo não expressa suas experiências, mas atesta que elas possibilitaram para ele a percepção de que o aperfeiçoamento na atuação docente é constante.

De modo geral, para todos os professores/coordenadores e alunos o ES, em todo o seu processo traz contribuições para a identidade profissional do licenciando. Podemos perceber também uma convergência nas falas de PCE, PCM, AF e AM2, os mesmos acreditam que o contato dos professores envolvidos no estágio com os licenciandos estagiários é uma forma de contribuição na construção da Identidade Profissional Docente.

### 3.3 VISÕES E SUGESTÕES DOS ALUNOS E PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO DOCENTE NAS LICENCIATURAS IFRN/CNAT

Conforme evidenciado no título desse tópico, versaremos sobre as sugestões de mudanças para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN, apresentadas pelos professores/coordenadores e pelos alunos, sendo sintetizadas essas sugestões no quadro 9.

Quadro 9 - Síntese das sugestões de mudanças para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN.

<b>CATEGORIA 7 - SUGESTÕES DE MUDANÇAS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS LICENCIATURAS DO IFRN</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	Este colaborador não apresentou sugestão.	<b>AE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MAIOR TEMPO DE REGÊNCIA</li> <li>▪ CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MAIS CURTA</li> </ul>
<b>PCF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MAIOR TEMPO DE REGÊNCIA</li> </ul>	<b>AF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DO NÚCLEO PEDAGÓGICO</li> <li>▪ MELHOR ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ORIENTADOR</li> </ul>
<b>PCM</b>	Este colaborador não apresentou sugestão.	<b>AM1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ TREINAMENTOS EM SALA DE AULA DESDE O COMEÇO DO CURSO</li> </ul>
		<b>AM2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ INICIAR NO COMEÇO DO CURSO TENDO CONTINUIDADE NO DECORRER DELE</li> </ul>
		<b>AM3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ REALIZAR APENAS AS ETAPAS DE REGÊNCIA</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria em 2019.

De acordo com este quadro sinótico, podemos perceber que somente o professor/coordenador PCF expressou uma sugestão de mudança, ainda assim, o mesmo diz não ter convicção de que o Estágio Supervisionado precisa de mudanças, mas em sua visão “pode ser que um aumento na carga horária do licenciando na escola, com maior tempo de regência” possa “efetivar ou resultar numa construção de identidade profissional”.

A respeito do colaborador PCM, conforme exposto no quadro 9, ele não expressou nenhuma sugestão, isso porque o mesmo acredita que:

[...] temos avançado em nossa organização interna. Os alunos demoraram para desenvolvem uma compreensão de que o estágio tem a mesma importância que qualquer outro componente curricular. Alguns ainda não valorizam, mas aos poucos temos ajudado a mudança dessa compreensão. O maior desafio hoje, é competir com a residência pedagógica. Por causa da residência, muitos alunos, deixam os seminários de estágio, e particularmente, por não participar do processo, desconheço como tem sido a experiência na

residência. Hoje, não tenho como sugerir mudanças, porque, fiz parte do processo da mudança de como era, para o que tornou hoje, e me sinto contemplada em como ele se desenvolve (PCM).

Nessa fala, percebemos que este colaborador compreende o estágio como componente curricular, atribuindo-lhe importância, assegurando que o Estágio Supervisionado evoluiu dentro do IFRN, tanto é que esse colaborador não vê necessidade de mudanças no modo que ele se configura hoje em dia. Ainda, ele diz que o maior desafio é a escassez dos alunos no Estágio Supervisionado devido ao Programa de Residência Pedagógica, isso porque conforme já expomos aqui a residência nesse programa pode ser solicitada pelo aluno como aproveitamento no lugar do Estágio Supervisionado. Nesse sentido, a maioria dos alunos opta por não cursar o ES. Este investigado não atribui juízo de valor a esse programa por desconhecer o processo e desenvolvimento dos alunos nele. Assim como já expressamos, não sentimos segurança para atribuir ou não significância ao Programa de Residência Pedagógica por ser um programa novo que desconhecemos a sua colaboração para o processo de formação docente, quem sabe esse pode ser o próximo tema de pesquisa para investigarmos.

Em relação aos alunos investigados, as sugestões foram bem variadas, para o colaborador AM3 o estágio deveria ser só as duas etapas de regência. Já para AE e AM2 deveria ser maior o tempo destinado a regência, este acrescenta que “essa prática deveria ser feita não apenas no final do curso, bem dizer, como também no começo deste”. AE complementa que o aumento da carga horária da regência possibilitaria mais experiências práticas, isso por acreditar que a prática profissional é muito importante e que dá mais segurança ao professor em formação, acrescenta também que a etapa de caracterização da escola deveria ser menor.

Quanto a isso, para Bianchi et al (2013, p. 14) todas as etapas do estágio são importantes. Para esses autores no Estágio Supervisionado é necessário que o estagiário tenha um “projeto”, o que podemos inferir que é o plano de atuação ou planejamento didático, e para elaboração deste é fundamental “o conhecimento da Unidade Escolar na qual será aplicado”, dizem que: “o acadêmico pode conhecer essa realidade mediante a leitura do Plano de Gestão da escola e o contato com as pessoas que formam a comunidade escolar”. Sendo essa etapa fundamental pelo

fato de que “dimensiona problemas que podem ser minimizados com ação dirigida. O conhecimento da Unidade escolar abrange aspectos socioculturais, históricos e econômicos, bem como o perfil da comunidade escolar”.

Vemos então claramente a importância de conhecer e realizar a etapa de caracterização, ainda que o colaborador AE não tenha sugerido a extinção dessa etapa, cremos ser pertinente ressaltar a importância da mesma no processo do ES, pois compreendemos que todas as etapas se complementam, servindo de degraus que proporcionam a ascensão do conhecimento do licenciando.

Ainda quanto às sugestões dos alunos, podemos ver no quadro 9, que AF cobra maior participação dos professores do núcleo pedagógico e um melhor acompanhamento do orientador, este proporcionando ao licenciando uma melhor orientação das atividades de formação que devem ser desenvolvidas ao longo do estágio.

Em relação ao colaborador AM1 ele apresenta uma proposta que é interessante ressaltarmos, o mesmo sugere que o Estágio Supervisionado fosse iniciado mais cedo, “com treinamentos entre os próprios alunos e professores”, entendemos que segundo a sua proposição não se trataria de uma regência propriamente dita, no qual o aluno atua diretamente como professor na sala de aula, mas seria um treinamento dentro do curso, nas disciplinas do curso, e a partir desse treinamento ele estaria mais seguro para atuar como docente - em formação - estagiário. Podemos inferir que esse licenciando não conseguiu identificar a importância e a razão de ter as duas primeiras etapas de estágio, que são de caracterização e observação, pois estas, conforme já explicitado aqui, conferem ao aluno um preparo para as etapas sucessoras, além disso, é instituído como pré-requisito, para a etapa I, a disciplina de didática que também possibilita ao aluno um preparo para o exercício docente.

Em análise geral, podemos perceber que a maioria dos colaboradores sente falta de uma carga horária maior para as etapas de regência, por entenderem que nela se concentra maior possibilidade de experiências para o licenciando.

Em suma, diante de toda análise realizada e exposta através dos quadros sinóticos, podemos afirmar que a maior parte dos colaboradores entende o Estágio Supervisionado como oportunidade de experiências e campo de prática profissional.

Além disso, todos eles acreditam que o Estágio Supervisionado é um componente curricular fundamental para a formação docente, ainda que alguns destes expressem que é um componente fundamental em grande parte, mas nenhum deles nega a sua importância. Convergem também no pensamento de que o Estágio Supervisionado contribui para a integração entre teoria e prática, sendo que para alguns, essa contribuição na se dá em totalidade, pois estes acreditam que o Estágio Supervisionado contribui para essa integração em grande parte.

A respeito disso, entendemos que é no espaço do Estágio Supervisionado que o docente em formação começa a ter um “olhar docente”, no sentido de começar a perceber e sentir na prática as atribuições que o professor reúne, o licenciando passa a sentir de fato que na atuação docente não basta apenas o saber teórico, mas carece de outros saber, a exemplo, saber incitar a ação crítica e pesquisadora de seus alunos, saber mediar os conteúdos, no sentido de que o aluno não é um indivíduo que não é capaz de pensar, que deve ser depositado nele o ensino, mas sim fazer a ponte do ensino ao aluno a partir de didáticas e metodologias, vale ressaltar que estas, muitas vezes, se aprende e se (re)define no decorrer da carreira docente.

A respeito da mediação realizada pelo professor, Loureiro (2014) afirma que existem muitos estudos que indicam essa ação como qualidade intrínseca ao ser docente (Nóvoa, 1992b; Pimenta, 1997; Arroyo, 2000, dentre outros), podemos ver que segundo essa autora a mediação ocorre como atividade relacional no ensino,

[...] o professor surge como mediador da relação ativa do aluno com o saber, considerando seus conhecimentos e experiências prévios. Nesse sentido, toda atividade requer mediação e o professor tem um importante papel na mediação da relação epistemológica, [...]. Decorrente dessa forma de atuação mediadora do professor no universo escolar, encontra-se sua participação no tratamento dado ao conhecimento, amplamente socializado, selecionando-o e transformando-o em conteúdos curriculares, e na elaboração do projeto pedagógico da escola. (LOUREIRO, 2004, p. 82-83).

Para Loureiro, o professor é o grande mediador da escola, pois estabelece pontes não só dentro de sala de aula, mas também atua fora dela, mediando todo o processo de ensino-aprendizagem ao trabalhar o conhecimento no processo formativo dos alunos.

Voltando aos saberes necessários à prática educativa, Paulo Freire (1996) elenca muitas outras “exigências”, quais sejam: saber escutar exige reconhecer que a educação é ideologia, exige disponibilidade para o diálogo, exige querer bem o educando, educar exige ética, profissionalismo, humildade, mente aberta para novos pensamentos, dentre outros. E conforme já mencionado uma das maneiras de colocar o aluno da licenciatura em contato com todo esse universo de obrigações e deveres que a profissão de professor exige, é o ES.

Ainda a respeito do estágio, grande parte dos colaboradores fez sugestões para uma possível melhoria do Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN, sendo mais recorrente a sugestão de aumento do tempo destinado à regência.

Por fim, percebemos também que para a grande maioria dos investigados a Identidade Profissional Docente é tida como características, sendo incorporadas ao docente por meio das experiências que este tem ao longo de sua formação e carreira profissional. Nesse sentido todos eles atestam que o Estágio Supervisionado contribui para o processo de construção da dessa identidade profissional. Isso também é evidenciado por intermédio dos relatos das experiências dos licenciandos, sendo as mais expressadas: o contato com o aluno; o exercício quanto professor, elaborando aulas, ensinando; a assistência e orientações dos professores experientes. Todas essas experiências, segundo os colaboradores, possibilitam contribuições para as suas identidades profissionais.

Essas contribuições também são evidenciadas por meio das falas dos professores/coordenadores quanto as suas práticas nas aulas de seminário, a maior parte deles entende que esse momento de troca de experiências entre o orientador e os licenciandos é de grande valia para a formação docente destes, isso pelo fato de que se trata de uma ocasião que também proporciona ao licenciando a ação de reflexão quanto às atividades de formação desenvolvida por eles, sendo possível, a partir dessa reflexão, contribuições para a Identidade Profissional Docente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A docência para muitos não é concebida como uma profissão, sendo esta depreciada e desvalorizada. Em oposto a esse pensamento, Tardif (2014) reconhece a profissão de professor, e Pimenta (2012a) se contrapõe as correntes que desvalorizam a profissão de professor e também aos conceitos de que consideram o docente como um simples técnico reproduzidor de conhecimentos e/ou um monitor de programas pré-elaborados, isso por ela acreditar que na sociedade vigente cada vez mais é necessário o trabalho docente na perspectiva de mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, no sentido de contribuir para a superação do fracasso e das desigualdades escolares, nesse prisma, Pimenta expressa que pesquisas sobre essa temática são relevantes e acredita ser importante repensar sobre a formação de professores.

Ainda de acordo com Pimenta (2012a), os alunos – licenciandos - ao chegarem na IES já têm a concepção de o que é ser professor, a partir dos saberes advindos de suas experiências como alunos, ao observarem seus professores, e advindos também de seus conhecimentos de mundo, como seres sociais. Ela acrescenta que alguns alunos já exercem a docência por terem cursado o magistério no ensino médio, dentre outros. Mas Pimenta destaca que eles “sabem”, mas não se identificam como professores, dado que olham o ser professor e a escola na perspectiva do ser aluno. Por isso, a autora ressalta que o desafio posto aos cursos de formação inicial é colaborar no processo de transformação da concepção do aluno, perpassando do ponto de ver o professor com a ótica de aluno, para se ver como professor, sendo esse processo a construção de sua identidade de professor.

Com isso, podemos notar que a identidade profissional do professor não passa a ser construída após a finalização do curso, os cursos de formação inicial são meios que colaboram para essa construção de identidade profissional, pois não basta o saber do que é ser professor, o indivíduo deve se ver como tal.

Nesse prisma, entendemos que a formação docente é um processo que requer atenção, necessita de muita responsabilidade e comprometimento tanto da instituição formadora como de todos que fazem parte da mesma, que vão acompanhar, orientar e ensinar o licenciando no processo de formação docente

durante o curso. Entendermos que esse processo é complexo e envolve muitos fatores, a exemplo, teóricos, metodológicos, didáticos, práticos, dentre outros.

A respeito da formação inicial, Pimenta (2012a) diz que existem muitos estudos que demonstram que os cursos de formação, que desenvolvem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, partindo de uma visão burocrática e categorial que não conseguem captar as contradições presentes na prática social de educar, pouco contribui para gerar uma nova identidade do profissional docente.

Sendo assim, entendemos que nos cursos de formação docente é preciso pensar e articular um currículo que trabalhe a integração entre teoria e a prática em todos e entre todos os componentes curriculares do curso, é preciso oferecer ao licenciando um currículo pensado e elaborado para uma formação integral. Dentre esses componentes curriculares queremos destacar o Estágio Curricular Supervisionado, não por atribuímos juízo de valor maior a ele, mas pelo fato dele formar parte da nossa investigação.

Desse modo, conforme exposto o nosso objetivo maior nessa investigação é analisar como o Estágio Supervisionado, das licenciaturas do IFRN/Cnat, contribui para a construção da Identidade Profissional Docente. Nessa perspectiva, para alcançar esse objetivo geral buscamos respostas em três eixos: os documentos legais e institucionais que versam sobre o ES; a concepção dos teóricos quanto a Identidade Profissional Docente e Estágio Supervisionado; e as concepções dos licenciandos e professores/coordenadores de estágio. A identificação, reflexão e análise desses eixos formam parte dos nossos três objetivos específicos desta pesquisa.

Desse modo, em nosso primeiro objetivo específico, ao buscarmos identificar como o Estágio Supervisionado é concebido pelos documentos legais do país e os institucionais do IFRN/Cnat que regem o estágio, pudemos perceber que os documentos legais do país, que versam sobre essa temática, ao longo dos anos foram sendo elaborados e reelaborados para estabelecer normatizações do estágio.

No início o estágio não era tão relevante na visão de muitos, e por isso não se tinham diretrizes que verdadeiramente guiassem os graduandos para uma ascensão de seus aprendizados a partir do estágio, podemos listar alguns problemas que

eram recorrentes, a exemplo: muitos alunos exerciam o estágio em setores totalmente distintos a sua área de atuação; era mais beneficiado o concedente de estágio do que o estagiário: Não se visava de fato o crescimento de conhecimento do estagiário, dentre outros.

Com a evolução das diretrizes para o estágio se possibilitou avanços para a atuação do estagiário, oportunizando maior aprendizagem para a sua formação profissional, enumeramos alguns desses avanços e reconhecimentos, quais sejam:

- a) a associação entre a teoria e prática por meio do Estágio Supervisionado é um dos fundamentos para a formação docente (BRASIL, 1996);
- b) superação da ideia de que o estágio é o espaço destinado à prática, enquanto que na sala de aula se dá conta da teoria (BRASIL, 2001a);
- c) reconhecimento do estágio supervisionado como componente curricular (BRASIL, 2001b);
- d) realização do estágio obrigatório com tempo suficiente para que o estagiário vivencie e consiga abordar as diferentes dimensões da atuação profissional (BRASIL, 2001b);
- e) reconhecimento da obrigatoriedade do Estágio Supervisionado na licenciatura (BRASIL, 2002);
- f) instituição da realização da prática com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, objetivando a atuação dos licenciandos em situações contextualizadas (BRASIL, 2002);
- g) o estágio como ato educativo escolar supervisionado, tendo que ser desenvolvido no ambiente de trabalho, a fim de o estagiário aprender competências próprias da atividade profissional que ele está se formando (BRASIL, 2008);
- h) maior equilíbrio de igualdade entre a parte concedente do estágio e o estagiário (BRASIL, 2008);
- i) relevância dada à prática docente na formação inicial, sendo o estágio parte dessa prática (BRASIL, 2015);
- j) dentre outros.

De modo geral, a partir da análise dos documentos do Brasil que versam sobre o estágio, percebemos que ele é concebido como um componente curricular de fundamental importância para a formação do docente, que é um dos meios que possibilita ao estagiário ter e vivenciar em sua formação a unidade teoria e prática.

Quanto aos documentos institucionais do IFRN, notamos que o estágio supervisionado é compreendido como:

- a) prática educativa (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a);
- b) atividade curricular intencionalmente planejada, integrada ao currículo do curso (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a);
- c) prática profissional obrigatória na licenciatura (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b);
- d) etapa educativa necessária para consolidar os conhecimentos da prática docente (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b);
- e) oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012b);
- f) dentre outros.

Em suma, pudemos identificar que os documentos institucionais seguem as especificações e orientações estabelecidas nas legislações do Brasil a respeito do estágio, além disso, percebemos que o Estágio Supervisionado é concebido como um componente curricular e uma das partes práticas que se deve ter ao longo do curso, pois se trata de uma continuação da aprendizagem, na perspectiva que é uma prática educativa. Segundo esses documentos institucionais no Estágio Supervisionado o professor em formação tem a oportunidade de refletir as suas práticas, vivenciar o ambiente escolar – espaço de atuação do docente - em todos os seus aspectos.

Partindo para o nosso segundo objetivo específico, na busca de refletir sobre os conceitos de Identidade Profissional Docente e de Estágio Supervisionado, recorreremos aos teóricos, estudiosos dessas temáticas, os quais nos auxiliaram nessa investigação, confirmando os nossos pensamentos, assim como nós fazendo refletir a respeito de aspectos que não tínhamos atentado.

Desse modo, após essa reflexão, apreendemos que o Estágio Supervisionado se trata de um componente curricular na formação docente de fundamental importância, não pelo fato de se acreditar que ele é “a parte prática” do curso, visto que entendemos que a prática deve percorrer durante todo o curso. Atribuímos relevância a esse componente por diversos motivos, dentre eles por se tratar de um

espaço de possibilidade de experiências e vivências práticas no contexto profissional do docente, ou seja, no ambiente que o docente exerce a sua profissão.

Assim sendo, acreditamos que a oportunidade de contato do professor em formação com os alunos é uma continuação de aprendizagem, visto que esta não ocorre somente nas disciplinas “teóricas” do curso. Desse modo, entendemos o espaço de estágio como campo de aprendizagem, de aproximação da realidade docente, campo que oportuniza a ação crítica e (re)elaboração das práticas docentes que estão apenas iniciando, mas que já vão sendo questionadas e refletidas na intenção de uma melhor atuação docente.

Além disso, percebemos a importância do estágio para a formação do futuro professor, pelo fato de que mesmo o licenciando tendo preparo teórico da sua profissão, nem sempre é fácil associar os eixos teoria e prática no decorrer do curso, nesse sentido Estágio Supervisionado é mais uma oportunidade para a integração desses eixos. Nesse prisma, acreditamos que o estágio deve ser olhado na perspectiva da integração entre teoria e prática, estas no sentido de práxis.

Quanto a Identidade Profissional Docente, ao refletirmos sobre os conceitos apresentados pelos teóricos, concebemo-la como um conjunto de características próprias do professor, estas são agregadas ao docente através de todo o seu percurso de vivência, de formação e de atuação docente. Vivência no sentido de que a identidade própria do indivíduo influi na sua identidade profissional, assim como as suas experiências de vida, o seu contexto social e o conhecimento de mundo adquirido. Essas características também são construídas na formação do docente, seja inicial ou continuada. Esse processo de construção não se acaba quando o professor se forma, mas atravessa por toda a sua atuação profissional.

Desse modo, compreendemos que a Identidade Profissional Docente não é algo que se adquira, ou um processo que se acaba, imutável, estática. Ela se constrói e reconstrói a partir das mudanças de perspectiva do profissional docente, podemos inferir que as experiências obtidas através do tempo são o principal motivo que causa essa mudança ou reconstrução, visto que elas trazem amadurecimento profissional, isso através da reflexão e confrontos internos em relação a sua atuação como docente. Nesse sentido, compreendemos que o estágio possibilita ao

licenciando experiências e que estas contribuem para a construção da identidade profissional do docente em formação.

Quanto ao nosso terceiro objetivo específico, através dos questionários de perguntas objetivas e discursivas, fizemos as sínteses das falas dos colaboradores e separamos em sete categorias, desse modo, pudemos analisar a concepção de licenciandos e professores/coordenadores de estágio sobre as contribuições do Estágio Supervisionado para a constituição da Identidade Profissional Docente.

Com isso, encontramos evidências que nos permitem dizer que para a maioria dos investigados o Estágio Supervisionado é visto como experiências e prática profissional, e que ele é concebido como um componente curricular fundamental para a formação docente. Ainda que haja oscilação entre ser totalmente fundamental e ser em grande parte, nenhum dos colaboradores afirmou que o Estágio Supervisionado não é fundamental para a formação do docente.

Também pudemos constatar que em unanimidade os investigados partilham a opinião de que o Estágio Supervisionado contribui para a união entre teoria e prática. Bom, nesse aspecto também houve oscilação quanto ao nível de contribuição, visto que para alguns essa contribuição se dá em totalidade e para outros em partes. Ainda com essa análise, detectamos que, em geral, os colaboradores intitulam a Identidade Profissional Docente como características e que estas partem das experiências que o individuo tem no decorrer de sua formação e carreira profissional.

Nessa perspectiva, todos afirmaram que o Estágio Supervisionado traz contribuições para o processo de construção da Identidade Profissional Docente, além deles afirmarem isso na categoria 3, pudemos percebermos isso também através da categoria 6, a partir dos relatos de experiências dos estagiários, quando dizem sobre o contato com o aluno e o seu exercício quanto professor, elaborando aulas, ensinando, sendo assistido pelas orientações dos professores experientes e também através das falas dos professores/coordenadores quanto as suas práticas nas aulas de seminário, os mesmos expressam que esse momento de troca de experiências entre eles e os licenciandos é de grande importância para a formação destes, possibilitando a reflexão e assim uma possível contribuição para a identidade profissional.

Por fim, identificamos que grande parte dos investigados concorda que as etapas de regência no Estágio Supervisionado deveriam ter um aumento de carga horária, alguns têm essa visão por elevarem a prática em relação à teoria, e outros por acreditarem que esse momento de atuação como docente possibilita uma maior integração entre teoria e prática e maiores experiências. Podemos inferir que os colaboradores que entendem a regência como mais importante em todo o estágio, não compreendem que o percurso das quatro etapas do Estágio Supervisionado é uma continuidade evolutiva, no sentido de que cada uma delas acarreta conhecimentos e todo esse percurso prepara para a regência e traz amadurecimento profissional para o estagiário.

Desse modo, perpassando por nossos três objetivos específicos pudemos alcançar o nosso objetivo geral, e concluímos através do que os investigados atestaram que o ES, das licenciaturas do IFRN/Cnat, contribui para a construção da Identidade Profissional Docente mediante a vivência que o estagiário tem no espaço de exercício profissional do professor, porque se constitui experimento de contato com os alunos, com o espaço-vivo da escola e com a atuação do profissional docente, possibilitam ao licenciando ter novas experiências profissionais, visto que como estagiário o licenciando passa por novos desafios, por questionamentos quanto as suas práticas, estes possibilitam que ele faça uma reflexão crítica do seu exercício quanto professor, e assim vá forjando continuamente a sua Identidade Profissional Docente.

A temática abordada ainda tem muitas aberturas para futuras investigações, sendo interessante pesquisar, por exemplo, o Estágio Supervisionado atrelado ao Programa de Residência Pedagógica, no sentido de compreender: Quais as formas de diálogo entre essas duas atividades no IFRN? Como se dá a escolha dos orientadores, preceptores e qual a participação dos professores da área específica e do núcleo didático-pedagógico na proposta? A residência pedagógica é realmente um aperfeiçoamento do estágio? Essas são algumas indagações e proposições que podem abrir caminhos para futuras investigações.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. Implicações da formação continuada para a construção da identidade profissional. **Psicologia da Educação: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação/PUC-SP**. São Paulo, 23, 2º sem. de 2006, p. 155-173.
- AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. **A formação continuada do docente como elemento na construção de sua identidade**. 2004. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2004.
- ALARCÃO, Isabel (Coord.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 2005.
- ALARCÃO, Isabel. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues; RESENDE, Marilene Ribeiro. Aspectos legais do estágio na formação de professores: uma retrospectiva histórica. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 230-252, jul./dez. 2010.
- ASSIS, Sandra Maria de. MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Trajetórias de formação docente: teoria x prática na construção dos saberes, das práticas e da identidade. *In*: II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2014. v. 1. p. 1-16.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Moutinho. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In*: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, IV, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2013. p.
- BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto. **Manual de Orientação: estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Maria; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura**. 2. reimp. da 1. ed de 2005. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 87.497/82, de 18 de agosto de 1982**. Regulamenta a Lei nº 6.494, Brasília, DF, 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d87497.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm). Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília: MEC/CNE, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. **Parecer nº CNE/CP 009/2001, de 08 de maio de 2001**. Publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2002. 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Parecer nº CNE/CP 27/2001, de 02 de outubro de 2001**. Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2002. 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Parecer nº CNE/CP 28/2001, de 02 de outubro de 2001**. Dá nova redação ao Parecer nº CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2001c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. **Portaria CAPES nº 175/2018, de 7 de agosto de 2018**. Altera o Anexo I da Portaria nº 45, de 12 de março de 2018, que regulamenta a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). 2018b. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/09082018-Portaria\\_175\\_Altera\\_Portaria\\_45\\_de\\_2018.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/09082018-Portaria_175_Altera_Portaria_45_de_2018.pdf). Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Portaria GAB Nº 38/2018, de 28 de fevereiro de 2018.** Instui o Programa de Residência Pedagógica. 2018a. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria\\_n\\_38-Institui\\_RP.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria_n_38-Institui_RP.pdf). Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE nº 2/2015, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 01 out. 2018.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: SILVA, T.M Lane e CODO Wanderley (orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Edital Capes nº 06/2018.** Programa de residência pedagógica - chamada pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

**Dicionário Online de Português.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/identidade/>. Acesso em: 14 set. 2017.

**Dicionário Online de Português.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/integracao/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

DUBAR, Claude. **A socialização construção das identidades sociais e profissionais**. Trás. Annette P. R. Botelho e Estela P. R. Lamas. Porto. Porto Editora, 1995.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Publicação original 1996.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A Educação Profissional integrada ao Ensino Médio no Paraná: Avanços e Desafios**, 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Formação docente para a educação profissional: relato de uma experiência de pesquisa. *In: III COLÓQUIO NACIONAL – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO*

PROFISSIONAL, nº 3, 2015, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2015. p. 1-10.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Física na modalidade Presencial.** Projeto aprovado pela Resolução Nº 06/2012-CONSUP/IFRN, de 01 de mar de 2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-graduacao/licenciatura/licenciatura-plena-em-fisica/view>. Acesso em 14 set. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática na modalidade Presencial.** Projeto aprovado pela Resolução Nº 09/2012-CONSUP/IFRN, de 01/03/2012, com Adequação pela Deliberação nº 18/2018-Conscepex, de 27/08/2018. Disponível em: <file:///C:/Users/SONY/Downloads/Licenciatura%20Matematica%202018.pdf>. Acesso em 03 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Espanhol na modalidade Presencial.** Projeto aprovado pela Resolução Nº 12/2012-CONSUP/IFRN, de 01/03/2012, com Adequação pela Deliberação nº 19/2018-CONSEPEX, de 27/08/2018. Disponível em: [file:///C:/Users/SONY/Downloads/Licenciatura%20Espanhol%202018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/SONY/Downloads/Licenciatura%20Espanhol%202018%20(1).pdf). Acesso em 03 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Projeto aprovado pela Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21 de mar. de 2012. 2012a. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/menu-1/volume-1-documento-base>. Acesso em 22 set. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Organização didática do IFRN.** Projeto aprovado pela Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21 de mar. 2012. 2012b. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/projeto-politico-pedagogico-1/lateral/menu-1/volume-3-organizacao-didatica>. Acesso em 13 mai 2018.

LEITE, José Yvan Pereira; MOURA, Dante Henrique; MEDEIROS NETA, Olívia de (Org.). Dossiê a produção do conhecimento em educação profissional – Plano Nacional de Educação (2014-2024). **HOLOS**, Natal, v. 6, p.1-228, out. 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/issue/view/109>. Acesso em: 18 dez. 2017.

LINHARES, Paulo Cássio Alves *et al.* A importância da escola, aluno, estágio supervisionado e todo o processo educacional na formação inicial do professor. **Revista Terceiro Incluído**, Goiás, v.4, n.2, Jul./Dez., 2014, p. 115-127.

LOUREIRO, Ana Maria Bastos. **Professor:** Identidade mediadora. São Paulo; Edições Loyola, 2014.

MEDEIROS, Ariana da Silva; SILVA, Gilmar Gomes da; MELO, Jacicleide Ferreira Targino da Cruz. **Estágio supervisionado: desafios e contribuições na formação inicial do docente no curso de Pedagogia.** Fórum Internacional de Pedagogia. Realize Editora, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/0bb4aec1710521c12ee76289d9440817.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** 3ª Ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992a.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias de sua vida. In: NÓVOA, A. **Vidas de Professores.** Porto, Porto Editora, 1992b.

OLIVEIRA, T. C, MIRANDA, M. H. G., OLIVEIRA, PARANHOS, R.D, GUIMARAES, S. S. M. A Procura pela Licenciatura em Ciências Biológicas na UFG- Onde estão os candidatos a professores? In: II ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS E I SEMINÁRIO NACIONAL DO PIBID, 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia, UFG, 2011. v. 1. p. 77-81.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria.** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: **Saberes pedagógicos e atividade docente.** PIMENTA, Selma Garrido (org.). 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação,** São Paulo, v. 22, nº 2, jul/dez. 1996, 72-89 p.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

PIMENTA, Selma Garrido. Os anos 80: Movimento da Crítica/ Encaminhamentos à superação. In: PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2º grau:** propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1990.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5, 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação. Série Saberes Pedagógicos).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil.** História e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SECO, Noelia Castiñeiras. **La identidad profesional del docente.** Santiago de Compostela/ Espanha, 15 out 2014. Disponível em: <http://stellae.usc.es/red/blog/view/122578/la-identidad-profesional-del-docente>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SILVA, Magali Lippert da; MORIGI, Valdir José. **Representações das práticas e da identidade profissional dos bibliotecários no mundo contemporâneo.** Comunicação oral apresentada ao GT- 6- Informação, Educação e Trabalho. Portal de Eventos da ANCIB. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3098/2224>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SOLDÃO, Marcelo. **O professor como um agente de transformação:** a mediação no ensino. Bauru, SP, 15 out 2017. Disponível em: [https://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=249992](https://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=249992). Acesso em: 1 jun. 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1993.

VENTURA, Francisca Carneiro. **Estágio docente como pesquisa e formação de identidade nas licenciaturas de uma instituição de formação de professores no Brasil**. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Supervisão Pedagógica). Universidade do Minho, Portugal, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção Docência em Formação. Saberes Pedagógicos).

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS  
PROFESSORES/COORDENADORES DE ESTÁGIO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PPGEP)  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**Caro(a) Colaborador(a),**

O presente questionário faz parte de uma pesquisa sobre o **estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação**, instrumento que servirá de base para a dissertação apresentada ao PPGEP, do IFRN, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas, intitulada de “**O estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação: um estudo de caso dos licenciandos do IFRN/Campus Natal-Central**”, sob a orientação do professor Prof. Dr. José Mateus do Nascimento. Desde já agradecemos a sua colaboração e garantimos o compromisso de preservar no anonimato as identidades dos colaboradores.

Ao responder este questionário, concordo e autorizo a utilização das informações disponibilizadas neste documento para fins de estudos, sistematização em trabalhos acadêmicos e publicação em eventos científicos.

**QUESTIONÁRIO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

- 1.Nome (opcional): \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
4. Formação Inicial: \_\_\_\_\_ Titulação: \_\_\_\_\_
5. Quantos anos atua como docente: \_\_\_\_\_
6. Qual a Licenciatura que atua como Coordenador de Estágio Supervisionado:  
( ) Espanhol ( ) Física ( ) Geografia ( ) Matemática
7. Etapa do Estágio Supervisionado que Coordena no momento: ( ) Etapa I ( )  
Etapa II ( ) Etapa III ( ) Etapa IV

## II CONCEITUAÇÕES

### 1. O que representa o Estágio Supervisionado para você?

---

---

---

---

### 2. O que entende por identidade profissional docente?

---

---

---

---

## II RELAÇÃO ENTRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

### 3. Na sua visão, de que maneira o Estágio Supervisionado contribui para a construção da identidade profissional do docente em formação?

---

---

---

---

### 4. Na sua concepção, ao longo da sua atuação como coordenador, que práticas realizadas durante o seminário de Estágio Supervisionado

**contribuíram para a construção da identidade docente profissional dos licenciandos?**

---

---

---

---

**5. Você acha que estágio supervisionado, em todas as suas etapas, se constitui componente curricular fundamental para a formação docente?**

- Sim, totalmente  
 Sim, grande parte  
 Não

**6. Na sua concepção o estágio supervisionado contribui para a integração entre teoria e prática?**

- Sim, totalmente  
 Sim, grande parte  
 Não

**7. Que mudanças sugere para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN?**

---

---

---

---

Grata por sua participação.

Paloma Freitas da Silva

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PPGEP)  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Caro(a) Colaborador(a),**

O presente questionário faz parte de uma pesquisa sobre o **estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação**, instrumento que servirá de base para a dissertação apresentada ao PPGEP, do IFRN, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas, intitulada de **“O estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação: um estudo de caso dos licenciandos do IFRN/Campus Natal-Central”**, sob a orientação do professor Prof. Dr. José Mateus do Nascimento. Desde já agradecemos a sua colaboração e garantimos o compromisso de preservar no anonimato as identidades dos colaboradores.

Ao responder este questionário, concordo e autorizo a utilização das informações disponibilizadas neste documento para fins de estudos, sistematização em trabalhos acadêmicos e publicação em eventos científicos.

**QUESTIONÁRIO**

**IDENTIFICAÇÃO:**

1.Nome (opcional): \_\_\_\_\_ 2. Idade: \_\_\_\_\_

3. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

4. Curso de Licenciatura em: ( ) Espanhol ( ) Física ( ) Geografia  
( ) Matemática

5. Etapa de Estágio Supervisionado: ( ) Etapa III ( ) Etapa IV

## II CONCEITUAÇÕES

**1. O que representa o Estágio Supervisionado para você?**

---

---

---

---

**2. O que entende por identidade profissional docente?**

---

---

---

---

## II RELAÇÃO ENTRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

**3. Na sua visão, de que maneira o Estágio Supervisionado contribuiu para sua identidade como professor(a) em formação?**

---

---

---

---

**4. Ao longo do seu Estágio Supervisionado, que experiências teve que ajudaram na construção da sua identidade como professor (a) em formação? Qual (is)?**

---

---

---

---

**5. Você acha que estágio supervisionado, em todas as suas etapas, se constitui componente curricular fundamental para a sua formação docente?**

- ( ) Sim, totalmente  
( ) Sim, grande parte  
( ) Não

**6. Na sua concepção o estágio supervisionado contribuiu para a integração entre teoria e prática?**

- ( ) Sim, totalmente  
( ) Sim, grande parte  
( ) Não

**7. Que mudanças sugere para o Estágio Supervisionado nas licenciaturas do IFRN?**

---

---

---

---

Grata por sua participação.

Paloma Freitas da Silva

### APÊNDICE C – QUADROS ANALÍTICOS

<b>CONCEPÇÃO SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	“Componente curricular que contribui com a formação do professor no momento em que viabiliza a experiência profissional em espaços escolares. Componente que possibilita ao licenciando viver a escola, lugar privilegiado para a construção e reconstrução do saber docente”.	<b>AE</b>	Vê o Estágio Supervisionado como uma oportunidade de colocar em prática tudo que foi aprendido durante o curso, “observando as situações que surgem no decorrer das aulas e elaborando aulas a partir dessas observações e da teoria adquirida”.
<b>PCF</b>	“Representa a possibilidade do licenciando vivenciar na prática, a profissão que escolheu”.	<b>AF</b>	Define o estágio como a etapa de “vivenciar as situações prática da profissão de educador e transpor os conhecimentos teóricos adquiridos durante sua formação”, para esse aluno “essa troca de experiência é importante” pelo fato de que é possível o licenciando visualizar e vivenciar “as dificuldades encontradas na profissão de educador” e a partir disse “realizar reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto as relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar”.
<b>PCM</b>	Define ser “O espaço de formação docente privilegiado para a relação entre teoria e prática. É o momento em que o aluno pode compreender os processos educacionais na ação,	<b>AM1</b>	“Representa uma oportunidade, também uma experiência, também um ponto de partida para vencer o medo inicial, a inexperiência; e ter adaptação

	de refletir e resignificar práticas educativas”.		com uma sala de aula. Desenvolver um princípio de prática”.
		<b>AM2</b>	“Uma atividade prática que nos coloca frente a frente com as teorias pedagógicas vistas no decorrer do curso”.
		<b>AM3</b>	“Uma forma de colocar em prática o que foi aprendido na teoria em sala de aula”.

<b>CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	“A identidade profissional docente caracteriza o professor. Torna-o singular”, para este professor/coordenador ela é “construída e reconstruída ao longo da vida profissional tomando como alicerce o conhecimento adquirido nos cursos de formação inicial e continuada”.	<b>AE</b>	Compreende a identidade profissional docente como algo peculiar, “como a forma que cada (futuro) professor desenvolve suas habilidades individualmente, sua identidade a partir de suas experiências em sala de aula” sendo características dessa identidade “a maneira que cada profissional docente tem de planejar suas aulas, aplicá-las e conduzi-las”, entende que a identidade profissional docente não é algo estático, que não muda, pois <b>“vai sendo adquirida desde o estágio,</b> mas que vai se desenvolvendo com o tempo”.
<b>PCF</b>	“O profissional precisa ter identidade, conhecimento do ônus e do bônus que a profissão oferece”.	<b>AF</b>	Entende que identidade profissional docente se trata de “características marcantes e peculiares do perfil de cada

			docente”.
<b>PCM</b>	“A identidade profissional seria uma forma de se conhecer e reconhecer-se dentro da profissão. A identificação, consiste em sentir-se parte, afiado a profissão e suas práticas”.	<b>AM1</b>	“Entendo ser aquilo que caracteriza o seu esforço, a sua vontade, o seu sonho. Que leva para empreender essa vontade que está dentro de nós”.
		<b>AM2</b>	“É o ato de se ver como educador, um agente de transformação do conhecimento de alguém, no caso dos alunos”.
		<b>AM3</b>	“É ter a certeza que quer ser professor”.

<b>CONTRIBUIÇÃO DO Estágio Supervisionado PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	Acredita que o Estágio Supervisionado contribui para a identidade profissional docente “fornecendo embasamento teórico e metodológico. Sendo mais um componente que permite ao licenciando relacionar a teoria com a prática. O que garante a formação da identidade profissional permitindo ao professor agir nas mais diversas situações apresentadas no dia-dia escolar”, podemos entender que as experiências proporcionadas ao licenciando no Estágio Supervisionado contribui para a formação da identidade profissional docente do mesmo.	<b>AE</b>	Acredita que o Estágio Supervisionado contribui para a identidade profissional docente desde o princípio do estágio, da “preparação das aulas à sua aplicação, pois ainda que tenha a orientação e supervisão do professor”, o futuro professor tem a liberdade de conduzir a aula, de acordo com o que julga melhor, sendo baseado no que aprendeu ao longo do curso. Para esse aluno o auxílio recebido do professor quanto a eventuais “correções dos planos de aula também contribui”, o aluno expressa que isso “no sentido de enxergar aquilo que preciso corrigir mas que posso

			adaptar a minha forma de trabalhar e pensar”.
<b>PCF</b>	“A contribuição do estágio para a identidade profissional é muito importante, mas é parcial. É a interação do licenciando com o ambiente escolar que permite uma identificação ou não com a profissão docente”.	<b>AF</b>	Para esse aluno durante todo o curso se tem contato com diferentes perfis de educadores, sendo alguns exemplos positivos e outros negativos de identidade profissional docente, contudo, na “práxis do estágio supervisionados conseguimos visualizar a prática docente na perspectiva de um docente (fazer planejamento de aulas, entender as relações: professor x aluno, aluno x sociedade, professor x pais de alunos), e a partir dessa nova perspectiva conseguimos consolidar a identidade do futuro professor”.
<b>PCM</b>	“É comum no momento do estágio o aluno desenvolver uma ideia do que seja ser professor. O discente experimenta os desafios, acerta, erra, e reflete sobre ser ou não docente. Acredito que a identidade se forma com o tempo de experiência na profissão, você vai se identificando até sentir-se mais seguro profissionalmente. O estágio é apenas o início desse processo”.	<b>AM1</b>	“Nada pode se comparar com a prática. Mesmo ela sendo singela, ajuda, assim, para a formação da identidade profissional”.
		<b>AM2</b>	“Me colocando em sala de aula, fazendo com que eu experimente o exercício da docência e com isso me dando noção de coisas que não vemos na sala de aula, como, por exemplo, manter a disciplina nesta”.
		<b>AM3</b>	“Ajuda bastante a tomar a decisão de ser ou não professor, pois é no estágio que observa-se de perto o ônus e o bônus de ser professor”.

<b>O E. S. COMO COMPONENTE CURRICULAR FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DOCENTE</b>	
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>	<b>ALUNO</b>
( 2 ) Sim, totalmente ( 1 ) Sim, grande parte ( ) Não	( 2 ) Sim, totalmente ( 3 ) Sim, grande parte ( ) Não

<b>CONTRIBUIÇÃO DO E. S. PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA</b>	
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>	<b>ALUNO</b>
( 2 ) Sim, totalmente (1) Sim, grande parte ( ) Não	( 3 ) Sim, totalmente ( 2 ) Sim, grande parte ( ) Não

<b>PRÁTICAS NO SEMINÁRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO</b>		<b>EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DO LICENCIANDO</b>	
<b>PCE</b>	“No meu ponto de vista todas as práticas contribuem para a construção da identidade docente profissional dos licenciando. No entanto, o trabalho colaborativo realizado nos seminários de estágio onde há a socialização de todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário no chão da escola é fundamental para a construção dessa identidade. Nessa socialização os licenciandos percebem que muitos elementos são comuns na atuação de vários colegas e essa percepção alicerça	<b>AE</b>	“A liberdade de preparar as aulas a partir do que aprendi e que acredito que seja o melhor para a turma. Ainda que haja correção e orientação, tem sido possível adaptar as ideias e correções da professora à forma que eu acredito ser o ideal para se trabalhar”.

	<p>a construção da identidade. Com ela percebemos que a prática pedagógica é uma atividade singular. Possui elementos que a diferenciam de outras profissões. Com o trabalho de socialização os alunos têm, ainda, a possibilidade de colaborar com seus pares na construção de todos os elementos necessários à realização do estágio, criando assim uma identidade de classe”.</p>		
<b>PCF</b>	<p>“Todas as etapas do estágio supervisionado, como a caracterização física, pedagógica da escola, fases de observação e regência de sala, são práticas convencionais, mas que contribuem significativamente para a solidificação dessa identidade”.</p>	<b>AF</b>	<p>“Sugerir ao coordenador do curso realizar as etapas do estágio supervisionado em uma escola estadual, pois até então, nunca tinha vivenciado este ambiente escolar, e gostaria de entender os desafios deste sistema de ensino. Foi de suma importância na minha construção da minha identidade docente. Entre as experiências mais marcantes foi orientação da minha professora colaboradora, para colocar como atividade avaliativa a cópia das aulas descritas no quadro, ou seja, no final do período de regência os alunos iriam realizar uma atividade avaliativa composta por uma prova, mais as cópias das aulas no caderno. Para a minha surpresa apenas 45% dos alunos que estavam presentes em aula, copiaram 100 % da matéria descrita no quadro. E como ponto positivo, a participação dos alunos nas atividades experimentais, e atividades extraclasse”.</p>

<b>PCM</b>	<p>“Os seminários de orientação, infelizmente, devido a pequena carga horária, se torna muitas vezes espaço de revisão de conteúdos (da didática, da psicologia da educação, por exemplo), os alunos chegam no estágio e não estabelecem muita relação entre o observado na escola e o que aprendeu no curso. Penso que como coordenadora, devo ajudá-los no estabelecimento das relações teoria-prática. A maior contribuição dos seminários está no acompanhamento das experiências, como um espaço que os alunos tiram suas dúvidas, falam de suas experiências e nos ouve como um professor mais experiente nas resoluções de problemas. Orientá-los, conduzir nos acertos, corrigir os erros, dá maior segurança, e contribui para o sucesso do estágio”.</p>	<b>AM1</b>	“Que o aperfeiçoamento deve ser constante”.
		<b>AM2</b>	“O contato com os outros professores, e com a realidade dos alunos, não somente em sala de aula, como fora dela também, uma vez que a escola em que eu realizo esta atividade fica próxima à minha residência”.
		<b>AM3</b>	“Uma vez em que fui a uma escola, e fui chamado de professor”.

<b>SUGESTÕES DE MUDANÇAS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS LICENCIATURAS DO IFRN</b>			
<b>PROFESSOR/COORDENADOR DE ESTÁGIO</b>		<b>ALUNO</b>	
<b>PCE</b>	Este colaborador não apresenta sugestão.	<b>AE</b>	“Acredito que a Regência poderia ser maior e a parte de caracterização da escola menor, porque há pessoas como eu, por exemplo, que não tiveram como entrar no Pibid e Residência Pedagógica, e eu acredito que a prática é muito importante para que a gente sai mais seguro do curso para o

			mercado de trabalho”.
<b>PCF</b>	“Não tenho convicção de mudanças no formato do estágio poderia contribuir para a melhoria da prática docente, mas pode ser que um aumento na carga horária do licenciando na escola campo de estágio, com maior tempo de regência poderia efetivar ou resultar numa construção da identidade profissional”.	<b>AF</b>	“Participação dos professores do núcleo pedagógico na orientação do atividades do estágio supervisionado (acredito que essa dificuldades é só curso de licenciatura em física). Faltou acompanhamento do professor orientador nas atividades do desenvolvidas durante o estágio. Melhorar orientação das atividades pertinentes do estágio docentes (plano de atividades, planos de aulas, elaboração dos portfólios, relatórios finais)”.
<b>PCM</b>	“Acredito que temos avançado em nossa organização interna. Os alunos demoraram para desenvolvem uma compreensão de que o estágio tem a mesma importância que qualquer outro componente curricular. Alguns ainda não valorizam, mas aos poucos temos ajudado a mudança dessa compreensão. O maior desafio hoje, é competir com a residência pedagógica. Por causa da residência, muitos alunos, deixam os seminários de estágio, e particularmente, por não participar do processo, desconheço como tem sido a experiência na residência. Hoje, não tenho como sugerir mudanças, porque, fiz parte do processo da mudança de como era, para o que tornou hoje, e me sinto contemplada em como ele se desenvolve”.	<b>AM1</b>	“Sugiro que fosse iniciado mais cedo, com treinamento entre os próprios alunos e professores”.
		<b>AM2</b>	“Acho que essa prática deveria ser feita não apenas no final do curso, bem dizer, como também no começo deste”.
		<b>AM3</b>	“Ao invés de quatro etapas, poderia haver apenas duas, as de regência (III e IV)”.

	Este colaborador não apresenta sugestão.		
--	--	--	--